



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

02/02/2016 - 1ª - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Declaro aberto o 1º Evento da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, para o ciclo de debates sobre “O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação”, com foco no trabalho escravo, nos termos do Requerimento nº 140 de 2015-CDH de minha autoria.

Este evento será realizado em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, [link www.senado.leg.br/ecidania](http://www.senado.leg.br/ecidania), e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu queria, rapidamente, dizer da nossa alegria em realizar esta primeira reunião com a presença, principalmente, indiscutivelmente - ele já está à mesa; eu vou pronunciar o nome dele e vocês todos vão me entender, e quem quiser pode me ajudar do plenário, porque não há problema algum -, do ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2014, Kailash Satyarthi.

Pronunciei certo? (*Palmas.*)

Então, eu acertei. Eu me saí bem. (*Risos.*)

Eu queria, neste momento, dizer o que disse para ele: para esta Comissão de Direitos Humanos, foi uma homenagem, um prêmio. O Dr. Hugo fez mais contato comigo. Um prêmio pelo trabalho realizado por nós todos durante o ano que passou. Realizamos, entre audiências nos Estados e reuniões deliberativas e audiências públicas, mais de 150 reuniões. Se calcularmos os dias úteis, realizamos uma a cada dois dias. Viajamos, para reuniões realizadas por mim ou por outros Senadores, no mínimo, a 25 Estados. Eu, particularmente, estive em 21. E complemento os outros agora no mês de maio. Foram mais de 150 reuniões. Os dados são do Senado, não são da Mesa ou da assessoria desta Comissão. Segundo eles, nesse período, nós participamos, a Comissão, com 600 painelistas durante o ano! E mais de 15 mil pessoas passaram por este plenário e, naturalmente, pelos plenários dos Estados onde nós estivemos com a participação de Senadores e Deputados e Deputadas e, naturalmente, com os representantes de alguns Estados, do Governador e do próprio Vice-Governador, debatendo temas como terceirização, trabalho escravo, democracia, violência contra as mulheres, assassinato de jovens negros, um caso específico da Comissão, além de outros temas que todos sabem que nós acompanhamos.

Eu, muito mais do que fazer uma introdução aqui, para este plenário seletivo que está aqui, de líderes que tratam dos temas que aqui levantei, homens e mulheres que têm compromisso com os direitos humanos, eu me socorro da frase que um dia disse o nosso Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana. Ele disse, um dia, quando estávamos fazendo uma sessão de homenagem à questão dos direitos humanos, que a política tem que ser humanizada, porque a política, neste País, infelizmente, virou muito mais denúncias, muito mais um debate somente no campo da economia, e se esqueceram de humanizar a política. Então, esta Comissão tem cumprido esse papel de colaborar com a humanização da política.

Dessa forma, sem fazer... Eu tenho aqui um longo pronunciamento que fizeram em homenagem a esta reunião. Claro que não vou lê-lo porque entendo que os convidados é que devem falar aqui. E nós vamos contribuir com a mediação do debate.

Então, mais uma vez, eu queria, com muito carinho mesmo, ao chamar os convidados que comporão a Mesa... Teremos mais de uma mesa, mas teríamos que ter uma mesa... Depois, vamos ter, sem mudar nunca os principais interlocutores deste momento... Quero repetir que, para nós, é com muita alegria, e falo também em nome do Presidente do Senado,

Senador Renan Calheiros... Falei com ele hoje pela manhã e ele me disse que gostaria também de dar um abraço no ganhador do Prêmio Nobel da Paz, que, para nós, da Comissão, é uma grande honra receber aqui.

Seja bem-vindo, Kailash Satyarthi, Prêmio Nobel da Paz de 2014. (*Palmas.*)

Mais uma vez, cumprimento V. Ex^a.

Convido o Ministro Lelio Bentes Corrêa, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, que colaborou muito para que o vencedor do Prêmio Nobel da Paz estivesse aqui. Ele foi um dos articuladores, junto com o juiz Hugo Cavalcanti desta audiência pública no dia de hoje. (*Palmas.*)

Agradeço também, por uma questão de justiça, muito o Presidente Renan Calheiros e o seu Chefe de Gabinete, o Bandeira, porque a ordem da segurança da Casa - tenho que admitir que estava correta - era ter o maior cuidado hoje porque, nesta tarde, vamos abrir os trabalhos do Congresso Nacional e do Senado Federal, e a Presidenta Dilma virá aqui. Então, está havendo, claro, aquela varredura na Casa, no bom sentido, na questão da segurança. Mas, quando disse que era o Prêmio Nobel da Paz que vinha, disseram: "Paim, libera tudo, avise à Segurança que não tem nada, deixe o homem vir aqui".

Portanto, em seu nome, o Congresso Nacional extraordinariamente está sendo aberto hoje pela manhã, já que o ano legislativo só se inicia às 15h. No entanto, quando falei com a Presidência da Casa que era V. Ex^a que vinha, foi unânime, todos ligaram para que o esquema de segurança desse toda a cobertura no sentido de que esta reunião se realizasse de forma oficial com a sua presença.

Já com a presença do Ministro Lelio, que foi fundamental para que este momento acontecesse, quero também convidar o juiz diretor da Anamatra. A Anamatra tem colaborado muito para esses eventos, bem como foi a entidade que patrocinou aquele vídeo com artistas internacionais contra o trabalho escravo.

Mais uma vez, solicito que se reproduza aqui, na abertura dos trabalhos, aquele vídeo, se possível.

Convido o juiz Luiz Antonio Colussi, diretor da Anamatra, que tem viajado conosco (*Palmas.*)

Convido o juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, Membro da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho. (*Palmas.*)

Convido o Procurador-Geral do Trabalho (MPT), o Sr. Ronaldo Curado Fleury. (*Palmas.*)

Convido o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima. (*Palmas.*)

Convido - sei que a mesa é pequena, e quero avisar que teremos outras Mesas ainda - a representante do fórum de Combate à Terceirização, que não deixa de ser uma forma de trabalho escravo, a Dr^a Magda Biavaschi. (*Palmas.*)

Fui procurado aqui pelo Sinaít e achei mais do que justo que o Presidente do Sinaít, que é o Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, se faça aqui presente, nesta primeira Mesa, Carlos Silva. (*Palmas.*)

O Senador Cristovam é o Senador presente, sempre presente, com muito orgulho para nós todos. É ex-Presidente desta Comissão e está patrocinando todos com um livro - Senador Cristovam, tem o livro aí? - que está sendo entregue. É este livro, permita-me, e o Senador Cristovam pode depois comentá-lo um pouco. Tive a alegria de fazer o prefácio deste livro *Dez Dias de Maio em 1888*, que fala da escravidão no Brasil.

Parabéns, Senador Cristovam, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O seu livro é, de fato, uma obra prima.

Conforme o combinado aqui, na mesa, quem vai ter a honra ou também o compromisso, a responsabilidade de abrir esta reunião, como primeiro painalista, é o Ministro Lelio Bentes Corrêa, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Lembro que os Senadores falam no momento em que entenderem mais adequado. Então, Senador Cristovam, fique à vontade. Depois, teremos outras Mesas. O tempo normal, a não ser, claro, para o nosso convidado especial, seria de dez minutos, para dar tempo para que todos falem, inclusive com a presença dele.

Passo a palavra ao Ministro a partir deste momento.

O SR. LELIO BENTES CORREA - Muito obrigado, Senador Paulo Paim, a quem cumprimento muito efusivamente, agradecendo a oportunidade, a acolhida calorosa aqui, nesta Casa.

O empenho na luta pela promoção dos direitos humanos é realmente, como V. Ex^a exaltou, um marco: 150 reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Mais de 150 reuniões!

O SR. LELIO BENTES CORREA - Mais de 150 reuniões realizadas é, sem dúvida, um marco e demonstra a operosidade de V. Ex^a e dos integrantes desta Comissão.

Senador Cristovam Buarque, dileto amigo - permita-me ter V. Ex^a nessa conta -, desde a primeira vinda de Kailash Satyarthi ao Brasil, na década de 90, tivemos a oportunidade de visitar V. Ex^a, à época no Governo do Distrito Federal, quando emprestou um suporte inestimável àquele movimento sem precedentes que foi a Marcha Global contra o Trabalho Infantil. V. Ex^a, a partir de então, desenvolveu uma amizade muito especial e tratou sempre com muito carinho esse movimento, tanto assim que estava agora, recentemente, com o nosso convidado, Kailash Satyarthi, em mais uma empreitada que, com certeza, será muito venturosa, muito profícua em prol da promoção dos direitos humanos, especialmente dos direitos da infância.

Senador Paulo Rocha, também... (*Palmas.*)

... companheiro de longa data, das lutas contra o trabalho escravo, especialmente no Pará, quando eu integrava muito honrosamente os quadros do Ministério Público. Tivemos oportunidade de estarmos juntos em diversas dessas situações tão relevantes para a cidadania dos trabalhadores do nosso País.

Eu devo ser breve porque estamos todos muito ansiosos para ouvir o nosso convidado especial. Assim, vou direto ao assunto, se o Senador Paulo Paim assim me permitir.

O trabalho escravo e o tráfico de pessoas são dos fenômenos mais aviltantes à dignidade do ser humano em todo o Planeta; são uma preocupação internacional. A OIT estima que, hoje, 21 milhões de pessoas, Senador Paulo Paim - 21 milhões de pessoas! -, encontram-se submetidas a essa situação de indignidade e de superexploração.

Pior do que isso, Senador, é que os custos extraídos à custa da dignidade alheia, da saúde e, muitas vezes, da vida desses trabalhadores são exorbitantes. Estima a OIT que esses lucros são da ordem de US\$150 bilhões por ano; lucros manchados pelo atentado mais grave que se pode cometer contra a dignidade de um ser humano. Segundo esses mesmos estudos da OIT, o trabalho escravo, se fosse considerado uma atividade econômica, seria a terceira mais rentável do mundo, atrás apenas da exploração sexual e do tráfico de armas.

Então, é imprescindível que se dê combate sem trégua, incessante e firme a esse fenômeno em todas as suas dimensões. Um fenômeno que também apresenta como característica a sua constante mutação; poderíamos dizer até evolução no sentido do crime. O crime se aperfeiçoa. Há 20 anos, quando falávamos de trabalho escravo, éramos remetidos a uma realidade exclusivamente do campo. Os cidadãos nacionais, de grupos vulneráveis, eram vítimas desse fenômeno e acabavam em situação de extrema degradação. Mais recentemente, temos constatado que esse modo torpe de exploração do trabalho contamina igualmente os grandes centros urbanos, seja nas pequenas oficinas têxteis, seja na fabricação de calçados; enfim, em diversas atividades encontra-se a situação de exploração do trabalho degradante, de trabalho em condições análogas à escravidão, a ponto de, no último ano, conforme informado pelo Ministério do Trabalho há poucos dias, o número de casos de trabalho escravo detectado nas áreas urbanas ter superado o número de trabalhadores escravos nas zonas rurais.

Muitos desses trabalhadores são nacionais, mas um grande número é de trabalhadores estrangeiros não documentados, que, por conta da falta de um documento que os permita transitar livremente, se tornam ainda mais vulneráveis porque temem, além da violência do patrão, a possibilidade de virem a ser devolvidos a seus países de origem, onde sofrem com a fome, com a falta de perspectivas econômicas e, às vezes, até com perseguições políticas e ameaças à própria vida.

Um fenômeno muito complexo, Sr. Presidente, que descreve com objetivo de ressaltar que, se precisamos de algo agora para combater o trabalho escravo é o cumprimento fiel e exato da lei brasileira, que é uma das mais avançadas do mundo. O art. 149 do Código Penal brasileiro define o trabalho análogo à escravidão com a amplitude necessária para que a fiscalização do trabalho, os membros do Ministério Público e a Magistratura possam efetivamente cercear esse tipo de conduta. Nada surge do acaso. Se retrocederemos na história, o art. 149 tinha uma redação tão restritiva que ensejou, na década de 80, uma sentença judicial que descrevia todos os maus-tratos sofridos pelo trabalhador e concluía: "Todavia não é possível enquadrar no tipo penal porque não ficou comprovada a presença de algemas ou correntes."

Um relatório da Polícia Federal, que também descrevia situações degradantes como o consumo de água juntamente com os animais, o consumo de comida estragada, a localização desses trabalhadores, inclusive para dormir, sob um barraco de lona, sem o mínimo de proteção contra as intempéries. E dizia a Polícia Federal: "Não se trata de trabalho escravo, apenas de condições generalizadas de degradação humana."

Por isso se fez necessário mudar, à época, o art. 149, por isso a evolução para o tipo penal com o qual hoje lidamos. E esse dispositivo - devo dizer - tem sido fundamental para que, nos últimos 15 anos, a fiscalização do trabalho tenha obtido êxito na libertação de mais de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras que se encontravam em situação análoga à de escravidão.

Esse dispositivo tem sido fundamental para que a Justiça do Trabalho, por provocação do Ministério Público, tenha imposto sanções da maior gravidade e da maior relevância aos infratores a título de danos morais coletivos. Sanções - uma delas confirmada pelo Tribunal Superior do Trabalho - da ordem de R\$5 milhões num caso de reincidência. Veja, Senador Cristovam, não se trata, então, de uma aplicação indiscriminada, exagerada, por parte das autoridades judiciais, uma aplicação voluntarista do dispositivo de lei. Esses tipos, o tipo penal definido no Código Penal...

(Soa a campanha.)

O SR. LELIO BENTES CORREA - ... têm sido aplicados com extrema cautela e parcimônia. Então, no caso de recalcitrante, de reincidência, R\$5 milhões de indenização.

Recentemente, numa sentença proferida pela Vara de Araçatuba, um caso de tráfico internacional de trabalhadores, uma indenização por danos morais de R\$50 milhões!

Espera-se, com isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, alcançar uma maior efetividade do Poder Judiciário no combate ao trabalho escravo. É necessário que tenhamos instrumentos eficazes.

O art. 149 do Código Penal é um desses instrumentos, como é o dispositivo introduzido na Constituição pela Emenda Constitucional nº 81, que determina a expropriação das terras onde se encontra exploração de trabalho escravo rural ou urbano. E, como esperamos também, virá a ser o protocolo adicional à Convenção nº 29 da OIT, cuja ratificação esperamos que este Parlamento autorize brevemente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustre convidado Kailash Satyarthi, o compromisso do Poder Judiciário brasileiro é de dar combate sem trégua ao trabalho escravo. Como disse ontem no Supremo Tribunal Federal Kailash Satyarthi, não há possibilidade de transigir com os direitos humanos.

A nossa determinação é de prosseguir nessa luta e, para isso, pedimos a V. Ex^{as}, que têm o honroso e importante mister de elaborar as ferramentas legislativas de que disponham, que mantenham essas ferramentas que estão nos permitindo desempenhar esse trabalho de forma profícua e serena.

Muito obrigado e bom dia a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Ministro Lelio Bentes Correa, que faz a introdução do debate de hoje.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Pois não, Senador Cristovam.

Como já havia anunciado, os Senadores têm direito à palavra no momento que entenderem mais adequado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) - Presidente Paim, eu sei que a regra é que possamos falar, mas eu não gostaria de falar antes de ouvir a todos, especialmente o amigo Kailash.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Ele vai ser o próximo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) - Mas o Ministro Lelio trouxe um assunto que merece... Não sei se haverá oportunidade de chamar a atenção para isso.

Ele lembrou que nós temos uma das melhores leis do mundo sobre trabalho escravo, o que é pouco diante de termos sido o último país do Ocidente a aboli-lo. Mas essa lei está ameaçada, meu caro Kailash. Está ameaçada pelo Projeto de Lei nº 432, que visa a retirar da definição de trabalho escravo a condição de degradante e jornada exaustiva; ou seja, jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho deixariam de ser indicações de escravidão.

Não podemos deixar que esse projeto passe, e o que eu quero aqui é tirarmos uma posição, pedindo ao Presidente Renan Calheiros que esse PLS - que não deveria existir -, já que existe, passe em cada comissão. Que não seja aprovado diretamente no plenário. Que façamos audiências como esta em cada comissão.

Eu não sou Líder de partido. Então, não posso pedir isso diretamente, mas estou com um requerimento para que os Líderes façam esse pedido, e gostaria de ter o apoio dos Senadores que aqui estão e de todos os presentes. Não podemos deixar que o País, que foi o último a abolir a escravidão no mundo ocidental, provoque agora, 128 anos depois, um retrocesso naquilo que é considerado modernamente como trabalho escravo.

Aproveitando a fala do Ministro Lelio, quis trazer esse problema para esta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Senador Cristovam, o seu encaminhamento, antes de passar para o Senador Paulo Rocha, nós já o fizemos. Tenho que adiantar que já o fizemos. Fizemos uma reunião

inclusive com a presença do Sakamoto e com aquele artista da Globo, Wagner Moura, com a sala mais lotada do que hoje. Hoje, tivemos de improvisar porque era um momento diferenciado, de iniciar os trabalhos.

Daqui, fomos ao Presidente Renan Calheiros, numa comitiva de que o Sakamoto fazia parte, e conseguimos naquela oportunidade fazer com que o projeto que seria votado naquela tarde não fosse votado. Graças a esse trabalho dessa turma toda que está aqui e dos artistas que colaboraram, nós conseguimos tirar o projeto da pauta, mas ficou acertado que ele seria votado neste ano.

Nós apresentamos uma solicitação junto ao Presidente Renan Calheiros e ao próprio Relator da matéria para que este tema fosse debatido inclusive depois das comissões numa comissão geral, no plenário do Senado, e que esses convidados - foi essa a decisão naquele dia - estariam presentes.

Então, a sua sugestão vem se somar aos encaminhamentos que a Comissão já estava providenciando. Seria votado no plenário naquele dia. Se não fosse a força desse Plenário, não minha. Esse Plenário é que conseguiu criar o obstáculo.

Então, qual é a intenção - só para dar o encaminhamento, concordando com V. Ex^a -, quando fizemos a de hoje, abrindo os trabalhos já com a presença do Prêmio Nobel da Paz, com o trabalho escravo, é a intenção, inclusive, quando sairmos daqui, com a presença dele - temos que ver a agenda dele -, de novo, nós visitarmos o Presidente Renan Calheiros, reafirmando a decisão da Comissão - foi em dezembro que fizemos aqui - e reafirmada hoje, inclusive, com a posição que V. Ex^a agora leva.

Então, eu quero dar uma salva de palmas para V. Ex^a, porque reafirma a disposição desta Comissão de não permitir. *(Palmas.)*

Por mim, eu faria que nem a terceirização: Vamos fazer debates em cada Estado. Vamos fazer um debate em cada Estado, vamos aos 27 Estados, de novo, debater terceirização, trabalho escravo, reforma da previdência - por que não? -, flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Vamos debater em todos os Estados. Isso, sim, seria democrático e responderia à expectativa de um tema tão grave como esse.

Mas, agora, eu passaria para o nosso querido Paulo Rocha, Senador que tem uma história vinculada também a essa batalha do trabalho escravo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - Senador Paulo Paim, parabéns, de novo.

Essas audiências, na medida em que V. Ex^a está como presidente da Comissão de Direitos Humanos, mantiveram aqui uma trincheira na defesa daquilo que já conquistamos e também vigilante naquilo que poderá ser retrocesso, dadas as ameaças que estão aqui no Senado brasileiro.

É bom, e queria saudar os nossos convidados, principalmente o nosso ilustre Prêmio Nobel da Paz, e saudar, principalmente, o Lelio, que representa, na Mesa, uma militância lá atrás do processo. É bom a gente lembrar aqui aos nossos convidados e àqueles que sempre militaram nesse processo o que está acontecendo aqui e já provocado pelo Senador Cristovam Buarque.

Eu acho que nós conseguimos grandes avanços no arcabouço jurídico do Brasil nessas questões de combate ao trabalho escravo e, enfim, na defesa dos direitos humanos.

É bom lembrar que foi quando nós chegamos aqui, os trabalhadores organizados, que viramos Deputados, foi lá na comissão do trabalho, onde V. Ex^a era presidente e eu era vice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - E V. Ex^a foi presidente também.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - Nós começamos uma mobilização, a partir da sociedade organizada, lembra que era a partir de uma comissão, que existia no Brasil, chamada Comissão de Combate à Violência no Campo e pela reforma agrária no Brasil. Tinham força política muito importante a CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Contag e a CPT e alguns militantes das várias entidades que havia esse processo. Foi ali que iniciou o processo de construir uma legislação capaz de combater.

Essa lei do qual o Lelio - desculpa eu lhe chamar assim, Ministro - fala, foi a partir de uma lei de minha autoria que, incluímos, no Código Penal, o art. 149, mas foi uma lei produto dessa discussão e desse processo. Depois, desembocamos na PEC do Trabalho Escravo, que também foi de minha autoria. Depois, articulamos para entrar outra PEC aqui no Senado, enfim, etc.

Estou lembrando um pouco essa mobilização. Tiveram papel importante nesse processo o Humanos Direitos, artistas que se organizavam lá no...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - E que estão aqui hoje e também vão falar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - Se organizavam lá no Rio de Janeiro, enfim, vários atores. Lembro-me também do Camargo do Ministério do Trabalho, enfim. A Anistia Internacional teve também presença importante nesse processo, através da Patrícia - se não me engano -, uma moça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - Então, Senador Cristovam, realmente está em curso, diria senão um golpe legislativo, mas uma ameaça de retrocesso a essas conquistas que nós já tivemos aqui no Brasil, através desse projeto de lei.

Foi a partir daí aquela mobilização que nós já tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - De que você participou.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - ... e truncamos, digamos assim, paramos temporariamente naquela audiência que levamos lá ao colégio de líderes, que teve a palavra do Relator, Senador Romero Jucá, de que, pelo menos, pararia e ouviria. A nossa intenção é justamente essa. Já há um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - E eu vou me permitir, Paulo Rocha, você falou em nome da Comissão no colégio de líderes, e falou muito bem...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - Já há um requerimento, que foi assinado pelas lideranças a partir da nossa iniciativa, para que se faça este tipo de coisa: voltar às comissões e fazer o debate em quantas audiências públicas forem necessárias para dialogar com a sociedade. A preocupação do Senador Cristovam, que deve ser a nossa, é a de que já está na pauta, de novo, do Congresso o projeto de lei, na de quarta-feira, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Eles passaram a urgência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - Para amanhã. Então, precisa da presença de todos nós aqui para, de novo, pressionarmos não só o Presidente, mas principalmente o Relator, para assegurar que realmente haja esse debate com o conjunto da sociedade, porque esses avanços foram conquistados graças à mobilização da sociedade nesta coisa vergonhosa que ainda existe em nosso País, que é a questão do trabalho escravo. Então, eu acho que nós devemos voltar a pressionar.

Há uma mobilização da própria Casa para que a pauta volte pós-Carnaval. Há uma pressão já sobre os próprios Líderes e sobre o Presidente para voltar à pauta pós-Carnaval. No entanto, não resolve o problema do projeto específico que está na pauta. O Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - O Romero Jucá é o Relator.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - ... teima em não cumprir a palavra que ele deu de voltar às comissões e fazermos o debate político. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem. Parabéns aos dois Senadores pela bela contribuição que deram. O Paulo Rocha, militante há anos desse tema, desde quando éramos Deputados, fez uma retrospectiva importante neste momento, fortalecida pela visão do Senador Cristovam.

A nossa posição tem sido sempre esta: trabalho escravo a gente não regulamenta, a gente proíbe. E a intenção é regulamentar o direito ao arbítrio. Por isso nós estamos fazendo, inclusive, a reunião no dia de hoje. Esta reunião do dia de hoje, como disse o outro, não é de graça; é porque nós sabíamos que, dia 3, estaria na pauta. E nós podemos nos movimentar hoje para evitar isso e conseguir que tenhamos, no mínimo, este ano todo para o debate.

Nós vamos agora ouvir o nosso querido convidado Prêmio Nobel da Paz, mas, antes, permitam que eu faça uma homenagem simbólica, e não é discurso, a uma grande líder, uma mulher que, por todas as informações que temos, tem caminhado o mundo ao lado do seu esposo na luta permanente pelos direitos humanos e pela paz mundial, que é a esposa do nosso convidado, Sumedha Kailash. (*Palmas.*)

Neste momento, passamos a palavra ao Prêmio Nobel da Paz 2014, Kailash Satyarthi.

O SR. KAILASH SATYARTHI (*Tradução simultânea.*) - Senador Paulo Paim, meus queridos e respeitados Senadores, Senador Cristovam, Ministro Lelio, ouvir esses ativistas é muito importante, como o Paulo Rocha e também os nossos outros colegas aqui presentes, meus irmãos e minhas irmãs.

Eu me sinto honrado e muito feliz por estar aqui, nesta audiência do Senado.

Eu tive a chance de participar de algumas audiências no passado. Na última vez em que vim aqui, o Senador Cristovam organizou uma audiência sobre educação no Senado. Eu me lembro bem.

É bastante irônico que nós ainda tenhamos o problema do trabalho escravo, do escravo moderno, do tráfico de pessoas, não apenas neste País, mas em todo o mundo.

No meu país, Índia, eu tive a oportunidade de resgatar alguns trabalhadores que foram escravizados por muitas gerações, uma, duas, três gerações. E isso não era algo muito incomum.

Na década de 80, eu tive a chance de libertar alguns trabalhadores escravos que foram escravizados por muitas gerações. Seus tataravós tinham pedido dinheiro emprestado aos tataravós dos empregados desses trabalhadores. Então, havia essa dívida que estava passando de uma geração para outra. Mas isso também se transformou num trabalho escravo entre aqueles que acreditavam que era obrigação moral dessas pessoas pagar a dívida dos seus tataravós. Eles não pensavam num mundo livre.

Há alguns anos eu fiquei sabendo, por uma senhora, que havia muitas pessoas escravizadas, que as mulheres eram maltratadas, estupradas... Então, de alguma forma, ela conseguiu escapar. Ela tinha bastante energia. Eu fui resgatar essas pessoas e, mais tarde, descobri que aquele local pertencia a políticos. Então, era impossível ter ajuda policial. Nós decidimos, no meio da noite, resgatar essas pessoas. E isso é algo que venho fazendo nos últimos 36 anos. Isso não é nada novo para mim. Então, nós fomos bem cedo, de manhã... Passamos a noite inteira observando. Foi bem ao amanhecer. Nós levamos um caminhão, levamos alguns amigos no carro e ficamos quietos numa área. Fomos capazes de libertar essas pessoas porque os guardas saíram para ir ao banheiro. Então, ninguém estava observando os prisioneiros. Eu levei as crianças no meu carro, um carro grande, e os pais e os avós foram levados num caminhão que seguiu meu carro. E eu descobri que essas meninas e meninos que foram libertados eram muito tímidos. Eles estavam bem chocados. Então, eu comecei a acalmá-los, comecei a falar com eles. E eu lembrei que eu tinha um cacho de bananas que estava na parte de trás do carro.

Então, eu estava dirigindo o carro rápido, porque eu também estava com medo de ser atacado, estava com medo de essas pessoas virem atrás de nós. Então, pedi que as crianças pegassem essas bananas e as comessem. E as crianças me perguntaram: "o que é banana?" E eu disse: "olhem no banco de trás, há várias bananas, é uma fruta". Uma das crianças, um menino, pegou uma das bananas e passou para o banco da frente onde havia outras crianças sentadas comigo. E eu disse: "coma, pode comer a fruta". As crianças se olharam, olharam para a banana e falaram: "bom, isso não parece uma cebola". Outra criança falou: "também não é batata, então, o que é isso?". Eu falei: "é uma fruta, é doce." E eles me perguntaram: "o que é doce?" Eles não tinham ideia do que era doce. Insisti para que eles comessem enquanto eu estava dirigindo.

Depois de um tempo, percebi que essas crianças começaram a comer as bananas sem tirar a casca. Elas estavam tentando comer, mas não conseguiam. Fiquei chocado e percebi o quão bobo eu tinha sido, o quão ingênuo eu tinha sido porque eu não tinha lhes falado como descascar a banana e como comê-las. Mas, naquele momento, percebi que comer a banana como fazemos costumeiramente era algo que elas nunca tinham visto, nunca tinham visto uma banana, e começaram a comê-la sem descascar. Nesse momento, percebi a diferença que tínhamos, a diferença de anos, de 150 anos, a diferença da era da escravidão, que ainda continua. E as pessoas civilizadas...

Como eu estava com pressa, depois de falar para eles como comer a banana, alguns comeram, outros resolveram não comer. A garota que estava sentada ao meu lado tinha seis anos. De repente, vi que ela olhou para mim e perguntou: "senhor, por que você não veio mais cedo, por que você não veio antes?" Ela estava chateada, estava me perguntando, reclamando por que não fui antes. Ela não estava perguntando nada sobre bananas.

O pai dela também passou por isso. Ela teve problemas, ele foi retirado do país por causa de exploração sexual. Ela tinha também testemunhado a morte de seu irmão, sem medicamentos. Ela sabia que tinha nascido e crescido ali. Os pais dela também tinham nascido e crescido ali, os avós tinham sido traficados para esse local também, todos escravizados por gerações. E quando ela me perguntou: "por que você não veio antes?", essa não era a pergunta para mim. Essa não era a pergunta de uma menina; essa é uma pergunta que continua a existir aqui e agora. Essa é a pergunta de 21 milhões de pessoas, essa é a pergunta de 5,5 milhões de crianças.

Para cada um que acredita nos direitos humanos e na humanidade, para cada um que acredita na civilização e na democracia, religiões, cultura, esta é uma pergunta para o mundo inteiro: o que nos impede, apesar de todo o progresso e avanço que temos? Por que tantas crianças são vendidas e compradas como animais?

Algumas vezes, as pessoas pagam menos do que pagam por animais. Já falei com algumas crianças, em algumas partes do mundo, e elas foram vendidas por US\$100,00 ou US\$200,00, e, quando essas crianças perguntam sobre o custo de um

búfalo ou de uma vaca no seu país, eu não consigo encará-las nos olhos, vendo a sua agonia, sabendo que os búfalos e as vacas custam cinco, seis, dez vezes mais do que meninos e meninas. Isso é inaceitável!

A liberdade não deve ser negociada. (*Palmas.*)

Hoje, estou muito feliz! É um prazer estarmos aqui fazendo esse compromisso.

Nós ouvimos três ou quatro intervenções feitas aqui mostrando que um país que tem um comitê de direitos humanos tão ativo, com a liderança do Senador Paulo Paim, um país que tem um grande líder visionário como o Senador Cristovam, líderes no Parlamento como o Senador Paulo Rocha, líderes no Judiciário como o Sr. Lelio e líderes também nas diferentes comunidades, como o Padre Ricardo, com quem eu estava falando ontem, bem como os jovens líderes da sociedade civil, como o Sakamoto, eu tenho certeza de que o Brasil não vai sofrer nenhum retrocesso na sua luta contra o trabalho escravo. (*Palmas.*)

Tenho confiança em que as tendências e os interesses dos diferentes setores da sociedade que estão tentando diluir não apenas o trabalho escravo infantil, especialmente depois do que aconteceu na Bolívia... Eu sei que existem alguns grupos que estão tentando diminuir a idade empregatícia para crianças, mas isso não vai acontecer - tenho certeza.

Meus amigos, nós sabemos que o trabalho escravo tem várias manifestações, e as crianças são as suas maiores vítimas.

Eu conheci uma menina há alguns anos, na Colômbia, que foi traficada, foi vendida e, mais uma vez, comprada para o trabalho escravo doméstico. A mãe dela havia pedido um dinheiro emprestado, e ela teve que trabalhar como uma forma de pagar essa dívida. Essa menina me disse que, como o empregador dela não era uma boa pessoa, então, ela, uma noite, fugiu da casa onde trabalhava e foi para as ruas, onde entrou em contato com alguns outros traficantes, infelizmente. Estes lhe deram flores e doces para que ela os revendesse na rua. De alguma forma, ela se sentiu livre, mesmo tendo que entregar os lucros para eles.

Quando a conheci, ela já tinha 15 anos e alguns meses e era mãe de um bebê de alguns meses. E, quando eu tentava lhe dizer que ela estava livre e que ela poderia ir à escola - e eu não sabia que ela era mãe e não sabia da saga por que ela havia passado na sua vida -, ela se virou para mim, com muita raiva, e disse: "O que você está falando? Eu sou mãe de uma criança; eu não sou mais criança". E ela me falou: "Eu não sou mais criança, eu tenho 15 anos." Ela queria, na verdade, que o filho dela não fosse escravo como ela e que tivesse uma educação. Nós vivemos neste mundo que eu estou descrevendo. Nós temos que mudá-lo.

Há 100 anos, há 150 anos, tínhamos problemas sérios em algumas partes do mundo. Nós não tínhamos muita comunicação; nós não tínhamos tanto conhecimento; nós não tínhamos tanta tecnologia; nós não tínhamos tanta força nas nossas agências, nas nossas leis, nas nossas Constituições, etc. Mas, mesmo assim, em algumas partes do mundo, eles decidiram abolir a escravidão e tornar a escravidão apenas parte da história aqui no Brasil, na Índia, na África do Sul, no sul da África, na Tanzânia, no Quênia, no Peru, na Colômbia. Nós progredimos bastante.

Então, nós temos ferramentas muito mais fortes para conseguirmos quebrar as algemas da escravidão. Nós não temos mais desculpas, nós podemos fazê-lo.

Eu terminaria com alguns pontos. O tráfico e a escravidão são alimentados pela comercialização e pela privatização em diferentes partes do mundo. A economia não é um fim em si mesma, é apenas uma ferramenta para transformar a sociedade numa sociedade melhor. E é por isso que essa liberalização econômica deve levar à liberalização da sociedade e dos seres humanos. Mas, algumas vezes, a liberalização da economia está levando a uma busca por uma força de trabalho barata e por matérias-primas baratas. Por isso, eles estão empregando crianças, indígenas ou a comunidade imigrante. E isso também está alimentando o tráfico dentro do país e a migração dentro do país e entre diferentes países.

Ninguém pode dizer, com autoridade, que não tem nenhum trabalho escravo, infantil, na sua cadeia de suprimento ou de produção. Apesar de falarem muito da responsabilidade social, do seu código de conduta, a realidade é que a quantidade de trabalhadores escravos e de trabalhadores infantis está aumentando em algumas partes do mundo. Essa é uma tendência que estamos observando. E temos que observá-la de perto. Alguns dos padrões antigos estão diminuindo graças à educação e à conscientização. Mas essas novas tendências estão ganhando espaço.

Nós também estamos vendo o crescimento de diferentes tipos de abduções, de confinamento, escravização sexual, trabalho escravo, devido ao aumento do fundamentalismo e do terrorismo em algumas partes do mundo.

Há milhares de mulheres e crianças, meninas que são raptadas e usadas e vendidas para prostituição, para casamentos infantis, por grupos fundamentalistas e todo tipo de grupo. Isso acontece na Síria, no Afeganistão, na Nigéria. Vemos essa tendência no sul do Sudão e em outras partes do mundo. Como pode que seres humanos sejam comprados e vendidos, utilizados por grupos extremistas, em toda a parte do mundo?!

Ainda temos um déficit político. A abolição da escravidão deve deter o trabalho escravo e deve acontecer em todo o mundo, no nível global.

Ainda temos também um déficit cultural e social, que está ligado diretamente ao raciocínio das pessoas que pensam: "Ah, isso não é a minha tarefa e, culturalmente, isso é aceitável. Então podemos continuar assim."

Aquilo que aconteceu na Bolívia aconteceu em nome das tradições e da cultura, e a idade para emprego foi diminuída. Portanto, esse trabalho forçado continua, perpetua-se, e aqui entra o papel da sociedade civil e das instituições. Já vimos que igrejas, templos, mesquitas têm falado a favor dessas pessoas. E, então, os nossos líderes religiosos nos têm guiado dizendo que não devemos aceitar a escravidão de pessoas. E eles têm muita influência e muito alcance na sociedade para tal.

Temos também o déficit econômico. Não gastamos o suficiente nem nacional nem internacionalmente para a prevenção do tráfico de pessoas, para a aplicação efetiva das leis e para a reabilitação e educação das vítimas. Então, precisamos de investimento nessa área. E precisamos ajudar também nesse déficit econômico e temos de ver como poderemos fazê-lo. Na educação também. Sempre que se tem promovido a educação, onde as pessoas são bem-educadas, têm boa formação, boa escolaridade, esses problemas têm diminuído. Portanto, é muito importante investir na educação, que é uma ferramenta de liberação e nos ajuda a achar uma solução para esse problema, e podemos fazê-lo. O que precisamos é de muito mais movimentos sociais, movimentos políticos, econômicos, e de responsabilização. O *enforcement*, a aplicação efetiva da lei, só acontece onde há também clareza de responsabilização. Já vimos isso em várias partes do mundo. Não adianta termos leis que não são aplicadas. Quando a punição é baixa, quando a taxa de punição é baixa, quando as pessoas não são presas, quando há sensação de impunidade, isso é muito ruim.

Portanto, precisamos que todo o sistema seja responsabilizado e que cada um saiba qual é sua responsabilidade. O mundo, meus amigos, está se desenvolvendo, está progredindo. Nós temos esse fórum agora e, repito, a história da humanidade, o crescimento da civilização também é a história da conquista da liberdade. A conquista, a luta pela liberdade por humanos, a busca da liberdade pelos seres humanos é alimento da história.

Nós vemos na internet, nas tecnologias, uma abertura nas comunicações. Vemos um mundo interconectado que se reflete também na busca da liberdade pelos seres humanos. A liberdade não pode ser prejudicada por interesses velados que querem apenas fazer dinheiro explorando as pessoas, crianças, especialmente. O trabalho infantil e o trabalho forçado são as fontes mais baratas que existem. Essas pessoas não conseguem se libertar, precisam de ajuda para tanto.

Às vezes em nome de tradições e isso tem persistido, mas sabemos que sempre há interesses econômicos velados envolvidos nessas situações e que querem que essa situação continue. Nós cada vez sabemos mais sobre esse assunto, mas vemos também progresso, compromisso político.

Eu gostaria de concluir com uma citação da mesma menina que eu resgatei, aquela que nunca tinha comido banana, aquela que me perguntou por que eu não vim mais cedo, não vim antes, ela era tão inteligente que nós a colocamos na reabilitação e eu gostaria de dizer que a reabilitação e a sobrevivência, a sobrevivência das vítimas é extremamente importante, a reabilitação social, econômica e às vezes política também especialmente no Oriente Médio onde as pessoas que foram vendidas e raptadas elas não têm para onde voltar. Portanto, assim, a menina foi reabilitada, recebeu educação, escolaridade e, aos dez anos, mais ou menos, foi mandada de volta para uma nova comunidade, uma colônia que estabelecemos para as pessoas liberadas e ela percebeu que não havia escola na comunidade dela, ela conversou comigo, com seus amigos e começou a bater de porta em porta, perguntando e pedindo às crianças que fossem à escola - e não foi fácil - ela teve oposição, mas no final ela conseguiu trazer 30 meninos e meninas para uma escola improvisada. Não era uma escola em si, mas havia um homem que trabalhava como professor, ele tinha mais escolaridade e trabalhava como professor nessa sua escola improvisada.

Houve, mais tarde, uma audiência sobre educação durante a Assembleia Geral das Nações Unidas e eu a convidei para falar sobre as crianças e para falar em nome das pessoas que sofrem trabalho forçado no mundo inteiro especialmente crianças. Quando ela estava lá nas Nações Unidas, na frente de vários presidentes, reis, rainhas, primeiros-ministros, ela estava tímida, mas sorrindo e disse para mim - e eu traduzi - : "Meu Deus, eu nunca vi pessoas ricas, com roupas lindas, pessoas tão brancas. O que aconteceu com essas pessoas?". E eu tive que traduzir. Foi muito difícil para mim, mas ela depois perguntou: "Você disse que são reis e rainhas, mas eu nunca vi pessoas assim tão gordas, mas as rainhas principalmente são muito bonitas." A rainha do Catar, a da Jordânia, enfim, havia várias rainhas. E, depois, ela disse: "Olha, eu era escrava, eu nasci numa comunidade tribal que sofria de escravidão intergeracional e nós fomos liberados, mas eu disse pessoalmente, eu tive a liberdade e a educação e, em algum tempo, eu quero ter o compromisso de que ninguém na minha comunidade sofra de trabalho escravo ou de trabalho infantil e que todos possam ir à escola. As 30 crianças da minha comunidade estão indo à escola."

Ela perguntou: "eu sou apenas uma menina, eu sou uma pessoa vítima de escravidão e eu posso assegurar liberdade e educação para todas as crianças da minha comunidade, presidentes, primeiros-ministros, reis, rainhas, pessoas ricas no mundo, o que vocês estão fazendo? Se eu posso fazer isso na minha comunidade, por que vocês, pessoas poderosas, não podem fazer isso nos seus próprios países? (*Palmas.*)

Ela saiu deixando esse grande desafio, e esse desafio é para todos nós. Eu vejo muita luz aqui, nesta sala, vejo muita esperança, muita energia e, mais importante, honestidade. Eu vejo isso nos seus olhos, vejo a moralidade. Essa força é suprema. Como se diz por aí, há luz no fim do túnel. Mesmo que seja um túnel escuro, uma pequena vela pode trazer luz a séculos de escravidão. Isso pode acontecer aqui, neste País, dos poderes e a autoridade de todos vocês aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Há momentos, nosso querido Prêmio Nobel da Paz, Kailash Satyarthi, em que a gente, nesta Comissão, pede ao Plenário uma salva de palmas pela qualidade do convidado, do orador, do painelistas. Aqui foi automático. Acho que todos queriam bater palmas de pé. Quando eu vi, estava todo mundo levantando, naturalmente. Isso mostra que a sua mensagem chega ao Brasil de forma corajosa, simples, autêntica e mostrando o caminho. Foi uma belíssima aula. V. Ex^a conseguiu falar da exploração sexual no Brasil e no mundo, do trabalho infantil no Brasil e no mundo, da precarização do trabalho, do trabalho escravo no mundo, com esse dado de milhões e milhões de pessoas ainda sob o regime da escravidão. V. Ex^a falou da importância - e aí não tem como eu não me referir ao Senador Cristovam - da palavra educação, dizendo que esse é o caminho, essa é a solução. Eu só posso dizer que comentar a sua fala seria muita ousadia. A sua fala só merece o que aqui foi feito: uma salva de palmas, de pé, o que o Plenário fez.

Muito, muito obrigado.

Há uma frase que eu gosto de dizer e, como V. Ex^a não é daqui, do Brasil, eu só a deixo: como é bom, mas como é bom mesmo saber que no mundo existem pessoas iguais a você. Essa é a melhor forma que eu saberia de comentar a sua fala aqui neste momento. (*Palmas.*)

Outros militantes de direitos humanos, nesta mesma linha. Neste momento, eu passo a palavra ao Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, que conversou muito comigo, durante o recesso parlamentar, para que este evento acontecesse hoje antes mesmo da sessão que vai abrir os trabalhos, às 15h. Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, juiz, Presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho (ALJT).

Dez minutos.

O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO - Senador Paulo Paim, depois do que ouvimos aqui de Kailash, seria o caso de ninguém falar mais nada e irmos todos para casa esperançosos de que temos, efetivamente, condições de transformar a realidade em que vivemos hoje. De fato, foram palavras que nos trazem razão para esperança, a despeito do diagnóstico terrível do que nós constatamos no Brasil e no mundo inteiro: trabalho infantil, trabalho escravo, trabalho degradante. As palavras de Kailash são no sentido de que nós podemos mudar tudo isso, e nós sabemos que podemos.

Nesta sala, nós temos militantes dos direitos humanos. Nesta sala, nós temos pessoas que têm compromisso com a garantia dos direitos humanos em nosso País, e pessoas que, há décadas, lutam pela melhoria das condições de vida do nosso povo.

Há quantas décadas, por exemplo, o Senador Cristovam vem falando da necessidade de educação integral para formar cidadãos de verdade? Há quantas décadas nós estamos lutando contra o trabalho escravo? O Senador Paulo Paim, que é um guerreiro a favor dos trabalhadores deste País, dos aposentados, das pessoas mais necessitadas.

Na minha visão, esses políticos e essas pessoas estão aqui são como kailashes brasileiros, pois têm uma vida dedicada à causa dos direitos humanos, e isso tudo nos gera muita esperança de que nós vamos transformar essa realidade.

Em todos os lugares em que acompanhei Kailash ele disse que, nos últimos 20 anos, testemunhou avanços importantíssimos no Brasil tanto em relação ao trabalho escravo, com resgate de mais de 50 mil trabalhadores, como em relação ao trabalho infantil. Sempre menciona o Bolsa Escola e o Bolsa Família como programas essenciais e que precisam ser copiados, menciona a iniciativa pioneira do hoje Senador Cristovam Buarque nessas áreas e mostra que nós evoluímos substancialmente. Nós precisamos reconhecer isso também. Nós precisamos reconhecer que o nosso trabalho gerou resultados expressivos, mas nós não podemos perder o foco, nós não podemos perder de vista que hoje há tentativas poderosas no sentido do retrocesso. Hoje, nós temos ameaças concretas, como, por exemplo, o intuito de reduzir a idade para o trabalho no Brasil, que está tramitando nesta Casa, em forma de proposta emenda à Constituição, o intuito de reduzir a maioria penal, o que também já foi aprovado na Câmara dos Deputados, as ideias de ampliação dos casos de terceirização, do negociado sobre o legislado, todas as medidas que vêm sendo tomadas no sentido contrário à evolução,

que nós vínhamos experimentando até agora, medidas reacionárias de um Congresso que nunca esteve, pelo menos na minha visão, tão conservador, ao menos desde que comecei a acompanhar os trabalhos legislativos.

Então, todos nós que temos esse compromisso com os direitos humanos, que temos compromisso com a dignidade da pessoa temos que estar atentos para barrar essas tentativas, e uma delas está na pauta de amanhã, como já foi mencionado aqui. Pretende-se alterar no Brasil a definição de trabalho escravo que já foi alcançada, com muita luta, por todos nós que aqui estamos, seja na mudança do art. 149 do Código Penal, seja na aprovação da Emenda Constitucional nº 81. E agora se pretende retirar da definição de trabalho escravo o trabalho exaustivo e o trabalho degradante.

Nós não podemos permitir que isso aconteça, porque é isso que a ala conservadora está querendo promover: a retirada, especialmente, do trabalho degradante, porque, a rigor, o trabalho por longa jornada já é, em si, degradante. Ele estaria aí incluído, mas a retirada do trabalho degradante como elemento definidor do trabalho escravo nós não podemos admitir. E é isso que se pretende fazer aqui.

É estranho e é até incrível que no trabalho do Relator deste projeto de lei nós encontremos a seguinte frase: "As emendas números tais e tais, especialmente a Emenda nº 10 - que vem sendo defendida com muito fervor por todos nós -, não merecem acolhida porque esse tema já foi exaustivamente debatido pela sociedade e já se encontra maduro para aprovação nos termos propostos". Isso não é verdade. Esse tema não se encontra maduro para aprovação, esse tema não foi debatido pela sociedade brasileira. Desse modo, a iniciativa proposta pelos Senadores Paulo e Cristovam são essenciais, e a proposta do Senador Paulo Paim de realização de audiências públicas no Brasil inteiro tem que ser levada a efeito também, porque só assim nós poderemos barrar essa iniciativa de alteração.

Nós experimentamos um processo de progresso, de evolução, de melhoria no sentido da eliminação do trabalho escravo e degradante no Brasil. Não podemos permitir um retrocesso.

Eu diria mais: esse projeto de lei é, em si, inconstitucional, porque a nossa Constituição, no art. 7º, *caput*, garante o princípio da não regressividade, e a aprovação desse projeto, retirando da definição de trabalho escravo o trabalho degradante, é, obviamente, um retrocesso, e, por ser um retrocesso, é, em si, inconstitucional. Mas isso seria uma discussão de muitos anos mais adiante, pois precisamos barrar aqui, no Congresso, a aprovação desse projeto de lei, e tenho certeza de que, com o apoio de todos nós e o reforço luxuoso e iluminado do nosso convidado especial, Kailash, com toda a sua história de vida, com todo o seu prestígio angariado exatamente pela história que ele construiu ao lado de sua esposa, Sumeda, que nos honra com sua presença aqui, nós vamos conseguir barrar e vamos continuar progredindo no sentido da eliminação do trabalho degradante, do trabalho escravo e do trabalho infantil e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, juiz Hugo Cavalcante Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, que foi um dos articuladores desta reunião, que foi antecipada porque ele me lembrou: "Paim, querem votar no dia 3. Vamos fazer na terça, dia 2?" Eu disse que poderíamos fazer, e por isso estamos aqui.

Eu queria, agora, passar a palavra ao Senador que pediu para falar. Eu quis dar para um da Mesa e, em seguida, para um Senador. Então, o Senador Wellington Fagundes está com a palavra neste momento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Senador Paulo Paim, na sua pessoa, quero cumprimentar todos da Mesa, até para não usar muito do tempo, dada a importância do nosso palestrante.

Eu também queria saudar aqui o nosso companheiro Senador Cristovam Buarque e registrar, Senador Paulo Paim, que estivemos, na semana passada, no Chile, no Congresso do Futuro, onde tivemos a felicidade e a honra de poder conhecer essa figura carismática e amável, muito simples, do Sr. Kailash e sua esposa, que aqui está presente, a Sumeda. E lá, da mesma forma que aconteceu aqui, após a sua palestra, ele foi ovacionado de pé por todas as pessoas. E eu fiquei muito feliz porque não consegui distinguir quem teve mais aplausos: ele ou o Senador Cristovam, Vice-Presidente do nosso Senado do Futuro, comissão de que sou Presidente. Na verdade, houve um empate. A palestra do Senador Cristovam, dentro da sua capacidade de envolver as pessoas, por seu conhecimento como legislador, como governador e também como um grande profissional da área da educação, veio a encontro do que defende o nosso Prêmio Nobel da Paz, uma pessoa que largou o seu curso de engenharia e foi movido pela emoção de poder fazer algo para tocar no coração das pessoas.

Ora, temos, na minha cidade, um padre, o Pe. Lothar, que conseguiu construir mais de três mil casas numa cidade de porte pequeno ou médio para os padrões brasileiros. Ele colocou aquilo como obsessão de vida. E o Kailash, dentro das suas movimentações, sempre buscando fazer as manifestações, mas de forma pacífica, ou seja, no diálogo, no convencimento, conseguiu tirar mais de 80 crianças dessa condição da escravidão. Então, imagina como deve ser isso para o ser humano Kailash.

Por isso, essas palestras que V. S^a tem feito pelo mundo inteiro realmente tocam o coração das pessoas, e esse mundo, que hoje... Inclusive, nesse congresso, Senador Paim, o que mais se discutiu foi que seres humanos seremos no futuro nós teremos com as máquinas invadindo a nossa capacidade de raciocínio, com as máquinas até substituindo muitas das atividades humanas. Como será o ser humano do futuro? Vai ser um ser humano muito educado, com muito conhecimento, mas um conhecimento da relação com a máquina, esquecendo o próximo, que está aqui ao lado ou à frente, o vizinho. Essa é uma preocupação que o Senador Cristovam tem muito. Ele sempre tem pregado que é através da educação, mas da educação infantil, porque é a base. Uma criança bem educada no ensino básico terá condições, depois, de sobreviver, mas uma criança que não teve oportunidade de alimentação suficiente para o desenvolvimento fisiológico, uma criança que não teve carinho... Como eu sempre tenho dito, ninguém nasce bandido. Quem se transforma em bandido, por um motivo ou por outro, normalmente não teve, quando criança, carinho, não teve afeto, não teve oportunidades de ir para outra vida. Ele foi empurrado para aquilo.

Por isso, eu quero parabenizá-lo, Senador Paim, e dizer da minha felicidade de poder ter estado no Chile com o Senador Cristovam. Inclusive, falei aqui para o Cristovam que esta audiência deveria ser em conjunto com a comissão Senado do Futuro, porque a maioria dos temas aqui tem muito a ver. A comissão Senado do Futuro, só para que vocês saibam, é uma comissão que foi espelhada na do Chile e trazida para esta Casa pelo Senador Cristovam. Portanto, é uma comissão nova na Casa, que ainda não tem a importância que tem esta comissão, mas lá, no Chile, nesse encontro que tivemos, Senador Paim, estavam mais de 80 palestrantes de reconhecimento internacional, e quatro vencedores do Prêmio Nobel. Por isso a importância daquele evento que nós queremos... Inclusive, já esteja acertado, proposto pelo Senador Cristovam... Assinamos o acordo de fazer um evento em conjunto aqui ainda este ano, para o qual foi convidado o nosso companheiro e amigo, que eu já posso colocar aqui, Kailash, que já disse que estará aqui nessa oportunidade. Queremos fazer em conjunto com a CDH.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Vamos fazer, inclusive, mais debates sobre o combate ao trabalho escravo com as duas comissões juntas, para barrar o PL que está no Plenário.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Porque V. Ex^a é o dono da casa, é um homem experiente... É importante que as pessoas saibam que V. Ex^a é o Senador mais assíduo aqui, sempre presente às segundas-feiras para abrir a sua Comissão. Hoje, abertura do Congresso, só ele para conseguir fazer com que a gente tivesse este evento neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - O Renan colaborou, porque abriu uma exceção. O Congresso vai ser à tarde.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Mas só ele para fazer o convencimento da Casa de que tinha que abrir este espaço.

Parabéns, Senador Paim, e meus agradecimentos ao Kailash por estar aqui conosco, com sua esposa, e a todos vocês, porque não só o Brasil, mas o mundo precisa muito de pessoas com essa sensibilidade, para que a gente possa deixar para as futuras gerações um mundo melhor, o que é a preocupação de todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Senador Wellington Fagundes!

Parabéns pelo belo trabalho que vem fazendo no Senado do Futuro!

De imediato, passo a palavra para o juiz Luiz Antonio Calussi, que é um dos diretores da Anamatra.

Se puderem passar o videozinho, aquele, da Anamatra...

Eu já registro a presença da educadora e líder, não só na área de educação, como o Cristovam... Ele fala muito em educação, mas ele não é líder só da área de educação, tanto que é um pré-candidato a Presidente da República. Sei que vai haver uma disputa interna no PDT, mas é legítima a disputa interna. Mas registro a presença da nossa querida Senadora Fátima Bezerra e também do Senador José Medeiros.

O vídeo da Anamatra fala sobre a precarização, fala sobre o trabalho escravo e ele tem sido apresentado em todos os Estados em que nós fizemos o debate sobre esse tema.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Eu passo, de imediato, a palavra ao juiz Luiz Antonio Colussi, diretor da Anamatra.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI - Bom dia, Senador Paim!

Bom dia aos integrantes da Mesa!

Bom dia a todos os senhores e às senhoras e aos Senadores aqui presentes.

Peço licença porque a fala hoje estará centrada no sentimento. E não poderia ser diferente, porque estamos vivendo um momento especial, um momento ímpar de celebração da vida, de celebração da paz. Esse vídeo que acabamos de ver foi feito gratuitamente, voluntariamente pelos atores que dele participaram. São todos integrantes do Movimento Humanos Direitos. Está presente aqui o Padre Ricardo Rezende, que é o fundador, o idealizador do movimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - E que vai falar, já está previsto. Em seguida, ele virá à Mesa.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI - Eu e o Padre Ricardo temos um amigo em comum, que é o Bispo Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, do Mato Grosso, onde morei e de onde fui Vereador. Há uns 25 anos, nós sonhamos que o Bispo Pedro Casaldáliga pudesse ser escolhido como Prêmio Nobel da Paz. Ele concorreu, mas não ganhou. A comunidade se mobilizou do jeito que foi possível, numa época em que o Mato Grosso era muito precário em comunicação e recursos, mas hoje, meu caro Kailash, hoje me sinto recompensado com a sua presença, por o senhor ter se tornado Prêmio Nobel da Paz. A sua história de vida, o seu sentimento de paz, de ajuda, de vida o fez conquistar esse prêmio, e eu tomo a liberdade de dizer que esse prêmio também é nosso. O senhor é da Índia, o senhor é indiano, mas o senhor também é brasileiro, é boliviano, é colombiano, enfim, é um homem do mundo. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI - E a Anamatra se sente realmente feliz e honrada de estar aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, que hoje marca mais um golaço, Senador Paim, de inúmeras audiências públicas, de inúmeras ações e de inúmeras vitórias que nós já tivemos juntos aqui.

Posso referir-me à NR 12, a norma regulamentadora das máquinas, cujos efeitos se pretendiam sustar, e, por trabalhos desta Comissão e de todas as entidades que estão aqui na Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - O Estatuto das Estatais já teria sido votado se não fosse...

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI - Já teria sido votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - A precarização.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI - A precarização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - O PL 30.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI - O negociado sobre o legislado, e assim por diante. E hoje, com a presença do Kailash, nós vamos, novamente, buscar e ter mais uma vitória que é impedir o retrocesso social previsto no PLS 432.

O Brasil, de 88 para cá, com a Constituição cidadã, com o Estado democrático de direito, assumiu um compromisso com a sociedade brasileira de superar as diferenças, de superar as desigualdades, de promover a cidadania, assumiu um compromisso de fazer com que todos possam crescer, que todos tenham direito à vida, à saúde, à educação, à segurança, à alimentação, à paz. Não é fácil obter isso tudo. O caminho, de fato, é longo, mas esse princípio fundamental da Constituição não pode ser esquecido, não pode ser afastado, não pode ser abandonado, o Brasil quer dar dignidade a todos, a todos os brasileiros, e isto que está no começo, na abertura da nossa Constituição. E nós não podemos pensar na dignidade se não erradicarmos, em definitivo, essa chaga, essa praga chamada trabalho escravo. Não se pode admitir, não se pode aceitar que isso ainda ocorra no Brasil, em nosso País. E, por isso, todos nós aqui presentes precisamos ser soldados desta causa. O nosso general é o Senador Paulo Paim, são os Senadores que nos honram com sua presença nesta Comissão. Mas nós, Paim, queremos ser soldados desta causa, e a Anamatra está firme e forte nesse sentido, para não permitirmos a aprovação do PLS 432 da forma como está.

De fato - o Hugo colocou com precisão -, lá no relatório está que houve, que teria havido um consenso, que todos foram ouvidos. Não, não há consenso e nem todos foram ouvidos. Por isso, nós temos que juntar as forças, contar com o apoio dos Srs. Senadores, de S. Ex^{as}, para retirarmos essa urgência e voltarmos a fazer esse amplo e grande debate.

A Anamatra, senhoras e senhores, tem na sua história de vida esse compromisso com a cidadania, esse compromisso de valorização dos direitos humanos, de valorização dos direitos sociais, de valorização das pessoas, da cidadania, dos estudantes.

Temos um programa chamado Trabalho, Justiça e Cidadania - TJC, que desde a tenra idade os juízes do trabalho estão incentivando e trabalhando para mostrar e ensinar como se faz cidadania, como se respeita a cidadania.

Nosso trabalho abrange não só este campo do trabalho escravo, combate ao trabalho infantil, mas também a defesa intransigente do Direito do Trabalho. No ano passado tivemos inúmeras ações, inúmeros projetos visando precarizar... Este ano - já temos notícia - vai começar novamente pela Câmara Federal mais um movimento contra os direitos sociais, e nós estaremos juntos, Senador Paim, senhoras e senhores, demais Senadores, lutando contra este retrocesso, lutando contra a mudança da Constituição, lutando contra aqueles que querem precarizar os direitos sociais, os direitos dos trabalhadores.

Já encaminhando para o final da minha fala, é importante referir à atuação conjunta das entidades, da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, dos auditores fiscais do trabalho. É desta ação conjunta que solucionamos muitos dos problemas.

Muita coisa há que ser feita.

No TST, temos a voz forte, a liderança forte do Ministro Lelio Bentes, nos tribunais, nas varas.

Lembro-me de um episódio que nos entristeceu muito ano passado e no final do ano retrasado, lá em Rio Grande, onde tripulantes e trabalhadores de um navio foram completamente abandonados. Por ação dos fiscais do trabalho, por ação do Ministério Público do Trabalho, que ajuizou a ação, a Justiça do Trabalho de Rio Grande solucionou, libertou aqueles trabalhadores que estavam na condição análoga à de escravos e conseguiu pagar os direitos. Não teríamos feito isso sozinhos.

Então, senhoras e senhores, a Anamatra - falo aqui em nome do nosso Presidente, da nossa diretoria, dos nossos associados - mantém-se firme e forte na defesa da Constituição, dos direitos humanos e dos direitos sociais, porque queremos um Brasil melhor para todos, indistintamente.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Luiz Antonio Colussi, juiz diretor da Anamatra.

Eu estava conversando com a Mesa, com o Prêmio Nobel e também o nosso Ministro Lelio, e eles têm um problema de horário, têm outro compromisso ao meio-dia. Então, vou fazer um apelo, porque inúmeras entidades, centrais, confederações, vieram para o evento também convidados a usar a palavra, para dar o seu ponto de vista. Vou fazer um apelo aos próximos convidados. Se todos puderem falar em torno de cinco minutos, dá para todos falarem, todas as centrais e confederações, e dá para, no final, irmos para o encaminhamento. Já conversei um pouquinho com a Mesa, falei com o nosso Senador Paulo Rocha, que foi articular, em nome da Comissão, a audiência com o Renan, que ficou para amanhã pela manhã, e o nosso Prêmio Nobel vai estar, e a Mesa se comprometeu a estar também, assim como, naturalmente, as entidades que puderem. Vamos avisar o horário. O Renan, com certeza, receberá a todos, para falar sobre esse tema.

De imediato, ganhando tempo - acho que o Presidente que coordena os trabalhos tem que falar menos e deixar os convidados falarem -, Ronaldo, Procurador-Geral do Trabalho.

Dr. Ronaldo Curado Fleury, por favor, se puder ficar nos cinco minutos, a Mesa agradece.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - Muito obrigado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Mudamos esta Mesa e outra vem em seguida.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - Muito obrigado, Senador Paulo Paim, indiscutivelmente, um dos grandes, senão o maior parceiro que temos no Congresso brasileiro, na pessoa de quem... Quero deixar meu testemunho aqui: não foram poucas as reuniões que fizemos às segundas-feiras às 8 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - E você sempre presente.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - Se há uma característica de V. Ex^a, é a pontualidade. Reunião às 8 horas da manhã.

Eu queria também, em nome pessoal, de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, em quem, como cidadão de Brasília, sempre tive oportunidade de depositar minha confiança na urna.

Eu queria pedir licença, Senador, para passar um vídeo, de apenas um minuto e quinze, da campanha do Ministério Público do Trabalho e da Conatrae, Campanha Somos Livres, sobre a temática do trabalho escravo.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, meus cumprimentos. *(Palmas.)*

Dr. Ronaldo, se me permitir, como eu tenho feito com o da Anamatra, que autorizou que a gente usasse, se me permitir, esse vídeo passa agora a ser integrado a todas as comissões e debates que faremos nos Estados e mesmo aqui, o vídeo da Anamatra e também o vídeo que você apresentou.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - Com certeza, será muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Temos a sua autorização?

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - Total.

Eu acho que o vídeo resumiria, basicamente, tudo que eu teria que falar neste momento, mas eu quero me ater a algumas questões muito particulares.

Há cerca de um século, éramos referência mundial de precarização de trabalho. O trabalho escravo era regulamentado no Brasil. Era um direito das pessoas possuir escravos. O Brasil era referência. Hoje, em 2016, somos também referência em trabalho escravo, mas somos referência positiva, referência de uma legislação protetiva dos trabalhadores para que não sejam submetidos a trabalho escravo e, principalmente, referência no combate ao trabalho escravo.

Nos últimos cinco meses, dois Procuradores do Trabalho, que inclusive estão aqui presentes, Dr^a Cristiane e Dr. Rafael, estiveram no Peru, fazendo treinamento através de um convênio firmado via Organização Internacional do Trabalho, treinamento do governo peruano, de trabalhadores do governo peruano, sobre combate ao trabalho escravo. Estamos exportando conhecimento.

E qual é a perspectiva que nós temos? A perspectiva sombria de voltarmos a ser referência negativa. A opção que se nos apresenta agora é: continuamos a ser referência positiva, referência ao mundo de avanço na legislação do trabalho escravo, ou voltamos a ser referência negativa?

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - O nosso convidado trouxe-nos alguns exemplos, algumas vivências. Enquanto ele as trazia, eu ficava me lembrando de operações de trabalho escravo que eu e alguns colegas, procuradores do trabalho, fizemos. Há cerca de 18 ou 20 anos, eu fiz uma operação no Pará, do Senador Paulo Rocha, que não está mais presente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Está ali.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - Está? Perdão, Senador Paulo Rocha, eu não tinha visto V. Ex^a retornar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Está articulando as reuniões com o Renan, mas está presente lá e aqui.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - Nessa operação, eu lembro que, quando nós chegamos, havia uma estrutura médica muito grande, e à primeira vista me impressionou. Eu falei: eles estão preocupados com as questões médicas aqui. Realmente, é uma área com algumas doenças endêmicas. Depois, para nossa surpresa, soube que esse serviço médico na verdade era um serviço veterinário.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - O gado era excepcionalmente bem tratado. Com relação aos trabalhadores, não tinham água para beber. Quando eu perguntei sobre a água que eles bebiam, o "gato", o explorador, disse: "Está aqui no cocho". Eu falei: mas essa é a água que o gado bebe. Ele falou: "Sim, mas o gado só bebe daquele lado ali". Eu falei: bem, então combinaram com o gado. Essa é a realidade. O gado é mais bem tratado do que o ser humano. Isso é uma condição degradante de trabalho.

A aprovação do Projeto de Lei nº 432/2013 permitiria que situações como essa não fossem consideradas trabalho escravo. Estamos falando de algo que aconteceu 20 anos atrás comigo, e isso acontece hoje, só que hoje o trabalho escravo chegou às cidades. No ano passado, 60% dos resgates de trabalhadores em condições de trabalho escravo foram feitos em área urbana.

O que é questionado pelo setor produtivo é que é necessário que haja segurança jurídica. Pois bem, devemos ter segurança jurídica, e eu desconheço ações civis públicas seguidas de julgamento da Justiça do Trabalho, que está aqui excepcionalmente representada, que não tenham tido o cuidado, que não tenham tido o esmero...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - ... de efetivamente somente....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Um minuto, Procurador, por gentileza, se puder.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY - ... somente condenar aquelas situações em que há efetivamente o trabalho escravo.

É importante também destacar que essa é uma preocupação mundial. Em junho deste ano, a OIT, na sua conferência mundial, debaterá o tema da cadeia produtiva, que diz respeito diretamente ao trabalho escravo, que foi aqui já abordado.

Então, só para encerrar, eu gostaria de, mais uma vez e como sempre, colocar o Ministério Público do Trabalho sempre à disposição para debatermos, para discutirmos. É importante que o tema seja, antes de tudo, debatido, como foi muito bem colocado aqui por todos os presentes. Coloco o Ministério Público, mais uma vez, à disposição, não só pelo conhecimento, pela prática que temos ao longo de mais de 20 anos de combate ao trabalho escravo, como também por sermos, como é o Judiciário, operadores do Direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, muito bem. Parabéns ao Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Curado Fleury.

De imediato, passo a palavra ao Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima. Mas lembro a importância dos cinco minutos, para a gente poder chamar a outra Mesa, com a presença ainda do nosso Prêmio Nobel.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA - Obrigado, Senador Paulo Paim, Presidente. Em nome de V. Ex^a, peço licença para saudar todos os presentes, até dado o adiantado da hora, e destacar a honra de participar deste debate, não apenas em razão da relevância do tema, mas de poder participar ao lado do Sr. Kailash Sartyarhi, que, como disse o Ministro Lelio Bentes ontem, no Supremo Tribunal Federal, mais do que belo o inquestionável discurso, esse discurso vem coroado justamente com toda sua bela história de vida, porque ele mostra, na realidade, que vivenciou na prática aquela atuação voltada para o combate ao trabalho escravo, essas formas nefastas de escravidão contemporânea.

É importante, Senador Paim, que atentemos para a questão da escravidão contemporânea no plano macro justamente lembrando a questão que leva a essa exploração do trabalho escravo, o que já foi muito bem dito aqui pelos oradores que me antecederam, que é justamente a questão do lucro; o lucro, evidentemente, obtido de forma ilícita; o lucro, evidentemente, obtido à custa da exploração de trabalhadores de forma absolutamente desumana, sem respeitar sequer essa sua condição humana, com condições degradantes de trabalho, enfim o lucro à custa da dignidade de pessoas em todo o mundo.

Mas isso se dá justamente porque nós não temos - ou se temos, não estamos intensificando da maneira devida - medidas que atuem no sentido de intensificar o desestímulo a essas nefastas práticas. E digo isso porque é muito clara a concorrência desleal que essas empresas praticam justamente por descumprir a legislação e, com isso, reduzir seus custos drasticamente e conseguir concorrer de forma, repito, desleal, praticando um verdadeiro *dumping* social em relação às demais empresas que cumprem a legislação - e, veja bem, estou falando das demais empresas que cumprem o que deve ser cumprido e não que fazem algo a mais já em benefício de seus trabalhadores.

Então, em razão de tudo isso, precisamos, efetivamente, avançar para que essas situações tenham sanções cada vez maiores, cada vez mais exemplares, enfáticas, emblemáticas, para resguardar esses trabalhadores que estão em situação de vulnerabilidade - podíamos pensar aqui em inúmeros exemplos: trabalhadores em situação migratória irregular, trabalhadores migrantes dentro do próprio território nacional, trabalhadores embarcados, seja em navio de cruzeiro, seja em outras embarcações, e trabalhadores inclusive que, na exploração da sua força de trabalho, acabam sendo submetidos à prática de delitos acessórios. E esses trabalhadores estão em situação de extrema vulnerabilidade. Nesse caso dos delitos acessórios, na realidade, assim como os trabalhadores migrantes em situação irregular, por exemplo, os empregadores se valem, inclusive, dessa situação como forma de ameaça, para que esses trabalhadores, além de não terem viabilidade de virem a denunciar essas nefastas práticas, eles se sintam, na realidade, como se os criminosos fossem eles, quando, na realidade, há de se garantir, se assegurar e se reconhecer, indiscutivelmente, a sua condição de vítima.

Mas, na realidade, essa vulnerabilidade, além de ampliar o lucro enormemente dos exploradores dessas nefastas práticas, também aumenta exponencialmente as chances de impunidade. E justamente por isso entendemos que isso deve ser tido como agravante nas sanções que tenham o caráter - e devem ter inegavelmente - pedagógico desses exploradores, pegando, evidentemente, toda a cadeia produtiva, e não apenas aquele que está na ponta, que, muitas vezes, não tem sequer idoneidade econômica, como não raras vezes observamos.

Então, precisamos, seja na questão penal - e o próprio art. 149 do Código Penal, em muitas situações, já prevê o aumento da pena em até a metade, em situações que nós venhamos a tomar como paradigma para ampliar essas sanções - seja nas indenizações por danos morais coletivos, mostrar que, ao invés de ser algo que valha a pena para os empregadores inescrupulosos que se valem dessa prática para aumentar seu lucro à custa do cometimento de ilícitos e da afronta à dignidade dos trabalhadores, pelo contrário, gerar sanções realmente mais efetivas, cada vez mais enfáticas, para que, repito a expressão, sirvam como uma espécie de desestímulo cada vez maior à utilização dessas práticas.

Se nós formos observar, Senador Paim, em relação ao descumprimento da legislação, em qualquer segmento que observemos, nós chegaremos a essa conclusão. Na legislação sanitária, por exemplo, um restaurante ou outro estabelecimento do tipo que cumpre a legislação sanitária, que adote todos os procedimentos, é evidente que vai ter um custo elevado para cumprir a legislação e vai ter uma dificuldade em concorrer com o seu vizinho que está ali e que não cumpre a legislação e tem um custo menor. Se estivermos tratando de afronta à dignidade, a situação é muito mais grave.

Então, nessa linha, Senador, já caminhando para a conclusão, até para ouvirmos todos os participantes, eu destacaria que essas questões como a lista suja, cada vez mais atacada, a lista suja do trabalho escravo, questões como os selos de segmentos econômicos, que a ONG Repórter Brasil acompanha de perto, como o setor de carvão e tantos outros, e questões como a Emenda nº 81, que prevê a expropriação de propriedades urbanas e rurais em que houver a constatação de trabalho em condições análogas à do trabalho escravo, servem com maestria para essa questão de intensificar o desestímulo.

Só que o PLS nº 432, à guisa de regulamentar essa Emenda nº 81, que é o verdadeiro símbolo dessas medidas que intensificam as sanções a quem explora o trabalho escravo, na realidade, ele esvazia a conceituação de trabalho escravo e nos traz uma verdadeira vitória de Pirro, porque, ao mesmo tempo em que a sociedade comemora uma vitória com a aprovação da Emenda nº 81, à época, a PEC do Trabalho Escravo, que demorou 15 anos para ser aprovada, na realidade, a sociedade vê esvaziada a conceituação de trabalho escravo, como se por um mero ato formal, um mero projeto de lei, se pudesse mudar a realidade, o que, lamentavelmente, se está tentando fazer. Isso é extremamente grave.

Eu já realmente caminho para a conclusão, Senador.

O Brasil é exemplo mundial, como já foi colocado aqui pelo Procurador-Geral do Trabalho, no combate à escravidão contemporânea. Tanto é que, no Protocolo Adicional à Convenção nº 29, na Conferência Internacional do Trabalho, em 2014, foi reconhecido isso, e foi uma verdadeira liderança.

Se nós viermos a aprovar, em nosso ordenamento jurídico, medidas tão nefastas, permita-me assim falar, como o PLS nº 432, nessa parte que retira as condições degradantes de trabalho e a jornada exaustiva da conceituação de trabalho escravo, esvaziando, na realidade, essa conceituação, nós teremos um efeito simbólico extremamente negativo da prática brasileira.

O Senador Cristovam falava há pouco que o Brasil, em 1888, foi uma das últimas nações ocidentais a abolir, ao menos formalmente, a escravidão. Hoje, em pleno século XXI, se nós viermos com isso, nós estaremos realmente passando uma mensagem para o mundo pretensamente civilizado muito ruim da nossa atuação, que é tida como exemplo. E precisamos realmente avançar.

Como já dizia Renato Russo, ser livre é coisa muito séria. E é tão séria, que envolve uma série de outras questões, inclusive o respeito à dignidade.

Muito obrigado.

Portanto, não ao PLS nº 432! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - Senador Paim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Só um minuto, darei em seguida.

Eu só quero dizer que veio uma sugestão do Plenário para que nós convidemos - e tenho certeza de que ele vai aceitar, porque é meu colega, meu amigo - o Ministro Miguel Rossetto para que ele também esteja dialogando com o Presidente da Casa e, se necessário, esteja presente até a uma audiência pública. Pela assessoria dele, que está aqui, eu tenho certeza de que ele aceitará o nosso convite, porque o Miguel Rossetto é Ministro que conheço desde as minhas origens, lá de Canoas, Vale dos Sinos, e tenho certeza de que está do nosso lado.

Miguel, fica o convite público. Uma salva de palmas para você, porque sei que é parceiro nosso.

Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - Diante da audiência pública, porque aprendemos aqui que temos que correr atrás, diante da correlação de forças que se estabelece momentaneamente aqui, então, tomei algumas

iniciativas, aproveitando este momento. Há um grupo que já está dialogando com o Senador Romero Jucá. Vão se encontrar mais tarde, já está articulado isso. E amanhã o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, vai receber os Senadores desta Comissão, junto com o Kailash, para poder processar também a questão desta discussão aqui. Então, aproveitando a presença dele aqui, o Presidente da Casa, Renan Calheiros, se dispõe a recebê-lo amanhã. Tendo em vista a agenda dos dois, inclusive a de hoje, poderá ser amanhã, em torno de 11 horas, a confirmar, mas será amanhã de manhã, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem.

Senador Paulo Rocha, meus cumprimentos. Ele veio aqui e disse que falaria em nome da Comissão se assim entendêssemos. Já está autorizado. Missão cumprida. Parabéns, Paulo Rocha! (*Palmas.*)

Senadora Fátima Bezerra, por favor, com a palavra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) - Meu caro Senador Paim, Presidente da nossa Comissão; Kailash, demais autoridades da Mesa, meus companheiros, minhas companheiras, Senador Cristovam, Senador Paulo, de forma muito breve, quero aqui me associar às saudações que já foram feitas pela importância do debate.

O tema fala por si só. Na verdade, esta audiência de hoje tem como foco a nossa luta constante, incansável contra a questão do trabalho escravo, mas tem um caráter mais amplo, porque traz para o debate todos os outros temas que dizem respeito à questão dos direitos humanos, dos direitos sociais e da cidadania.

Kailash, você é muito bem-vindo no mundo inteiro. Não foi à toa que, merecidamente, foi premiado com o Nobel da Paz. E é muito importante para nós que esteja no Brasil neste exato momento, no Congresso Nacional, neste exato momento, por quê? Porque, infelizmente, especialmente a partir de 2015, temos vivenciado, no âmbito do Congresso Nacional, uma escalada de cunho muito conservador, muito, muito conservador. Direitos sagrados estão sendo ameaçados, portanto, é necessária muita unidade, muita união. Daí exatamente a importância de uma figura com a sua trajetória, com o que você simboliza para o mundo inteiro, participar de uma audiência como esta, inclusive no dia em que o Congresso Nacional retoma mais uma legislatura.

Foi muito oportuna, Paim, muito oportuna a audiência neste dia de hoje, para, a partir daqui, com as entidades tão representativas da luta em defesa da cidadania, das nossas crianças, dos adolescentes e dos trabalhadores e trabalhadoras, enfim, do povo brasileiro, começarmos esta Legislatura dizendo que nós estaremos mais vigilantes ainda neste ano de 2016, Cristovam, para barrar esta agenda conservadora e para avançar do ponto de vista de consolidar os direitos. (*Palmas.*)

Sabemos que existem algumas dessas agendas que merecem um cuidado muito especial de todos nós, como a agenda que trata da flexibilização do conceito do trabalho escravo, a agenda da questão da terceirização e várias outras agendas aqui, por exemplo, a do pré-sal, Kailash.

Este País, durante estes últimos doze, treze anos, e eu falo aqui ao lado do Cristovam, que tem uma militância dedicada principalmente à área da educação, este País, nestes últimos doze anos, deu, sim, passos importantes no que diz respeito à luta pelo direito à educação do povo brasileiro. Mas a dívida que o Estado brasileiro tem para com as crianças e os adolescentes no campo da educação é tão grande, secular, que o que foi feito ainda é muito pouco - não é, Cristovam? - diante do que nós temos que fazer ainda pela frente. E nada melhor, inclusive para combater o trabalho escravo, do que educação, do que escola. Quanto mais tivermos boas escolas, quanto mais educação, mais nós estaremos avançando rumo à sociedade e ao mundo que a gente quer para as nossas crianças.

Então, é só com esse sentimento que falo, Kailash.

Temos o Plano Nacional de Educação a nos desafiar. Eu faço parte da Comissão de Educação com o Cristovam, sou a Vice-Presidente lá. O Plano Nacional de Educação está aí a nos desafiar, com um ano apenas de vigência, mas é, sem dúvida nenhuma, uma das agendas de caráter mais importante, mais estratégico para o presente e para o futuro da Educação e para o presente e o futuro deste País.

Parabéns, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

Direta, objetiva, falou três minutos, *show* de bola, ajudou muito aqui.

De imediato...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) - E peço licença a V. Ex^a porque agora vou para a reunião de um outro projeto das estatais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, eu sei que a mobilização é grande, e precisa ser assim.

De imediato, passo à Juíza Magda Biavaschi, que representa aqui toda a caminhada do Fórum de Combate à Precarização e à Terceirização dos Direitos dos Trabalhadores. Em seguida, falará Carlos Silva, do Sinait. E vamos para a segunda mesa.

A SRª MAGDA BIAVASCHI - Bom dia, autoridades presentes; bom dia, Senador Paim, meu conterrâneo, com muita satisfação, bem como é conterrâneo o Miguel Rossetto, bem como é conterrâneo o João Goulart, bem como é conterrâneo o Getúlio Vargas.

Então, nesta caminhada, eu agradeço muito.

Estou aqui em nome do Fórum que congrega todas estas entidades que estão aqui na Mesa e as que estão no plenário também.

O Fórum é um fórum de luta contra a terceirização e com foco no PLC 30, Srs. Senadores, que vai ser votado nesta Casa. O Senador Paim tem sido o nosso arauto no sentido de organizar essas audiências públicas no Brasil inteiro visando conscientizar a população das maledicências deste PLC 30 tão bem retratado no vídeo da Anamatra.

Mas eu quero fazer o meu cumprimento especial a este Nobel da Paz que chegou, como já foi dito pela Senadora, em um momento muito importante e oportuno em nosso País. Na história não há coincidências, e a presença de V. Exª aqui não é uma coincidência da história. A história vai se construindo. V. Exª está aqui conosco participando de uma construção. E o Fórum de Combate à Terceirização, que congrega todas as entidades que estão aqui presentes na Mesa, e todas as centrais sindicais integram o Fórum e também a academia, eu estou no Fórum pela academia, o Fórum o cumprimenta com muita satisfação. É com emoção que eu o cumprimento e quero lhe dizer que eu vou ousar fazer uma analogia com um filme que eu vi esses dias.

Nós estamos com as esperanças muito combalidas neste Brasil de retrocessos atuais, em que os interesses das finanças e de um capitalismo hegemônico pelas finanças tem sido prevalente neste cenário de devastação, e não só no Brasil, mas no mundo inteiro, com nossas resistências sendo necessárias cada vez mais e a unidade de luta, cada vez mais importante para podermos resistir e para não sucumbirmos ao naufrágio de todas as nossas esperanças.

A presença de V. Exª aqui é um estímulo. E eu quero fazer uma analogia com um filme que eu vi esses dias sobre a história de um grande cantor nosso, Chico Buarque de Holanda. Maravilhoso! Eu saí desse documentário com vontade de cantar e de mudar o mundo. Eu disse para o meu companheiro, que aliás é paulista - não sei como gaúcho se casa com paulista -: "Isso, para mim, é ser revolucionário". Ou seja, eu o estou cumprimentando e chamando de revolucionário porque, para mim, ser revolucionário é chamar esse sentimento de transformação do mundo.

Então, em nome do Fórum, eu agradeço a presença de V. Exª, agradeço ao Senador Paim. E digo aos demais Senadores, em nome do Fórum, que essas audiências públicas, a exemplo agora da sugestão que foi dada pelo Hugo e já foi dada pelo Senador Paulo, são fundamentais. Elas têm sido *locus* de conscientização extremamente importante. Já fizemos 21, não é, Senador Paim? Faremos mais audiências públicas. E depois o Senador Paim pretende fazer um grande evento aqui para trazer todas essas realizações das audiências.

E como direito é luta e direito é organização, e essa é a fonte material, estamos, pela liderança do Senador Paim, construindo essa fonte material, que é uma fonte generosa, uma fonte do não retrocesso.

Então, eu acredito que essa proposta, que já está sendo aceita por todos, de V.Exªs fazerem essas audiências, iniciativa, aliás, do Senador Paim, tem sido exitosa e é importante. E o Fórum, com todas as suas possibilidades limitadas que tem, já se coloca à disposição. Eu nem coloquei em debate isso em reunião do Fórum. Mas todos os que estão, do Fórum, aqui presentes acredito que chamelem essa minha proposta de o Fórum poder também, com as suas forças limitadas, participar dessa caminhada, porque a terceirização se dá como uma forma de acobertamento, muitas vezes, de trabalho escravo, como, aliás, o vídeo do Mude retrata. E eu faço aqui uma homenagem ao Mude, que está presente também.

Muito obrigada. Eu acho que cumpri meu tempo pela primeira vez. (*Risos.*)

Eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - De imediato, por favor, Carlos Silva, Presidente do Sinait, faça como a nossa querida juíza Magda - cinco minutos.

O SR. CARLOS SILVA - Eu quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes. Ao Senador Paim um cumprimento especial. Cumprimento os colegas de luta aqui no plenário.

Em nome do Sinait e dos auditores fiscais do trabalho, um cumprimento mais do que especial ao Sr. Kailash e à sua esposa, Sumedha, porque nós sentimos muito carinho e orgulho por podermos estar aqui junto de vocês, ouvir o Sr. Kailash falar, porque a inspeção do trabalho no Brasil foi criada há 125 anos, inicialmente, para combater o trabalho de menores na cidade do Rio de Janeiro, nas unidades fabris.

Então, nós temos uma longa história de luta contra o trabalho infantil. E, obviamente, toda a nossa história que vivemos no País foi acompanhando todas as faces nebulosas do capital *versus* trabalho. E nessas faces nebulosas se encontra também o trabalho escravo.

Ao longo desse tempo, como o Dr. Hugo falou bem aqui, nós precisamos reconhecer os avanços que tivemos nessa luta contra as formas de exploração. O Ministro Lelio Bentes fez muito bem uma leitura aqui da justiça e da clareza do texto do artigo 149 do nosso Código Penal.

Aí, Dr. Hugo, eu acredito que todos aqui reconheçam muito claramente os avanços que tivemos. Conseguimos aprovar o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, revisamos esse plano, reconhecemos a existência do trabalho escravo no Brasil. Há mais de 20 anos, temos um grupo especial de fiscalização móvel com a missão de erradicar o trabalho escravo. Temos uma lista suja, que enfrenta agora um momento delicado, mas ela foi uma vitória, foi um avanço, que encontra mais uma etapa da sua luta agora constituída. Nós temos uma história de enfrentamento enérgico e que não conta só com o Estado, não conta só com os representantes do Estado para vencer essa luta; conta com a sociedade.

Nós temos, ao longo de todo esse tempo, mais de 50 mil trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo. Isso é um lamento, mas, ao mesmo tempo, é uma resposta de que não admitiremos a prática dessa forma de exploração no território brasileiro ou onde quer que estejamos tratando da discussão e proteção do ser humano como pessoa, como ser humano.

Nesse tempo, também tivemos alguns desafios - e aí vem a questão paradoxal: o enfrentamento ao trabalho escravo começa na área rural e aí, acompanhando toda a dinâmica e a esperteza da exploração que o capital faz no mundo do trabalho, especialmente das pessoas, essa exploração começa a se enraizar pela área urbana e começam a surgir outros enfrentamentos; momento em que destaco o ano de 2015, que representa não apenas o primeiro ano em que cresceu a exploração do trabalho escravo na área urbana, mas que se destacou porque, se analisarmos os dados, isso vem acontecendo paulatinamente e com destaque nos últimos três anos. E aí surgiu a sustação da lista suja; e aí surgiu com grande energia a tentativa nefasta e golpista de reduzir o conceito de trabalho escravo. Isso significa que é uma demonstração inequívoca de articulação da estrutura hegemônica do capital prevalente no cenário atual que temos.

E o que nós todos aqui estamos fazendo? Aprendemos muito hoje com as falas do nosso mestre Kailash que é investindo em educação que a gente vai conseguir mudar este cenário, que é não dando nenhum passo para trás que nós vamos conseguir enfrentar este cenário, que é cumprindo as leis que existem...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Um minuto.

O SR. CARLOS SILVA - ... que nós vamos conseguir mudar este cenário.

Na verdade, eu acredito que todos nós aqui, e, sem dúvida alguma, neste momento tem um papel destacado o nosso Congresso, o nosso Senado, a Comissão de Direitos Humanos, brilhantemente capitaneada pelo Senador Paulo Paim, podemos coibir mais este golpe contra a sociedade brasileira, representado pelo PLS 432. São muitas as lutas, mas a de agora, para hoje, é o PLS 432, e nós vamos barrá-lo, porque já demonstramos força para isso - aliás, força que vem do povo, força que nós aqui estamos apenas traduzindo com nossas palavras, porque é o que o povo e a sociedade brasileira esperam de nós e deste Congresso, porque não tenho dúvida alguma de que o PLS 432 não interessa à sociedade brasileira, não interessa à sociedade humana; interessa a poucos que representam, infelizmente, uma grande maioria agora no Congresso conservador e retrógrado que temos.

Continuaremos juntos - o Sinait, os auditores fiscais do Trabalho, capitaneados pelo general Paulo Paim - nesta luta que é nossa, que é de todos e que tem na figura do nosso amigo e do representante da humanidade, o Kailash, uma expressão muito simbólica e carinhosa.

Kailash, muito obrigado por sua presença aqui hoje, o Brasil agradece.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito obrigado, obrigado pelas considerações, Carlos Silva.

Agora vou fazer um apelo a todos que estão nesta Mesa, menos ao nosso convidado especial, porque todos querem tirar foto com ele, para que retornem ao plenário e que venham os outros convidados. Então, um abraço, obrigado a todos.

Por favor, vou convidando, já para ganharmos tempo: Jorge Alberto Mendes Serejo, representante da Comissão de Direitos Humanos Popular, do Estado do Maranhão, que veio de lá para este momento; Carlos Eduardo Chaves Silva, da Contag; Leonardo Moretti Sakamoto, Conselheiro do Fundo da Nações Unidas. Vou pedir, Sakamoto, que sente aqui ao nosso

lado e também, agora, o Padre Ricardo Rezende, membro fundador do Movimento dos Direitos Humanos, que são os dois primeiros a usar a palavra. André Roston, chefe da Divisão de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho; João Paulo, que vai falar pela CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) e também pela CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil), e Maria Graça Costa, representante da CUT.

Por favor, vamos, de imediato, iniciar este segundo momento.

Pediram para registrar a presença e assim o faço.

Registro a presença de Ângelo Fabiano Farias da Costa, da ANPT; Rafael Garcia Rodrigues, Procurador-Geral do Trabalho; Christiane Vieira Nogueira, Procuradora do Trabalho; Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho; Juíza Federal Candice Lavocat Galvão Jobim, da Ajufe; e, também da Ajufe, o Juiz Federal Antônio César Bochenek.

De imediato, passo a palavra para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Do Maranhão, eu tinha dois nomes, mas tive de escolher um dos dois - é ele, está resolvido. Então, fica também registrado que, do Maranhão, quem ficou na Mesa foi o Jorge.

Fica registrada a presença do Sr. Julião Amin, que é Secretário do Trabalho e da Economia Solidária do Estado e que representa, aqui no evento, o Sr. Governador do Estado do Maranhão, e de Jorge Alberto Mendes Serejo, representante da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão. Então, um dos dois foi escolhido.

De imediato, passo a palavra para o nosso querido Leonardo Moretti Sakamoto, Conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão, que já esteve conosco em outro evento. Em seguida, fala o Padre Ricardo Rezende.

O SR. LEONARDO MORETTI SAKAMOTO - Obrigado, Senador Paim.

Bom-dia a todas e a todos. Quero cumprimentar todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Eu vou pedir o máximo de silêncio no recinto, pessoal. Aqueles que não puderem ficar em silêncio, que tiverem algum compromisso - e é natural ter algum diálogo a travar - que conversem ali no corredor. É fundamental o silêncio no recinto, até porque nossa audiência está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil e para grande parte da América Latina.

O SR. LEONARDO MORETTI SAKAMOTO - Novamente, bom-dia a todos e a todas. Quero agradecer o convite e cumprimentar o Senador Paim e o querido Kailash Satyarthi.

Vou ser breve na minha apresentação, porque temos muitos expositores aqui. Acredito que já falamos muito do que vocês... Bem, vou tentar não ser repetitivo e, para isso, queria abordar a campanha Somos Livres.

A campanha Somos Livres, cujo vídeo vocês viram há pouco, com o Wagner Moura falando da campanha e dando um depoimento, é a nova campanha nacional de prevenção ao trabalho escravo e de informação sobre o tema, lançada no Dia Nacional de Combate a esse crime, em 28 de janeiro, em São Paulo, com a conferência, na abertura, do Nobel da Paz, Sr. Kailash Satyarthi.

Faz um tempo que a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo não realiza uma campanha nacional de prevenção do trabalho escravo. Essa campanha conta com o apoio do Ministério Público do Trabalho, e a ideia é muito simples: estamos tentando aproximar a população da questão do trabalho escravo contemporâneo.

Foi feita uma pesquisa pelo Instituto Ipsos, que é internacionalmente reconhecido, para a Repórter Brasil, a minha organização. Essa pesquisa mostra uns dados interessantes e outros preocupantes.

O interessante é que 70% dos brasileiros sabem que o trabalho escravo ainda existe e quer a sua erradicação. Ao mesmo tempo, a pesquisa traz alguns dados preocupantes, porque uma parcela significativa da população brasileira ainda tem dúvidas com relação ao que é trabalho escravo, mas de uma forma um pouco diferente do que imaginamos: a população acha que certas coisas que não são trabalho escravo são trabalho escravo. Nós, aqui no movimento social, entre os Parlamentares, entre todos os outros, estamos tentando deixar claro que condições degradantes e jornada exaustiva são trabalho escravo sim. Então, estamos tentando deixar claro que graves violações dos direitos humanos são trabalho escravo.

É interessante que a população brasileira considere que algumas formas de irregularidades trabalhistas também são trabalho escravo. Ou seja, se deixássemos pela opinião da população brasileira a punição por trabalho escravo, iria ser bem pior do que aquela situação que os ruralistas imaginam que estejamos defendendo. Ou seja, quando defendemos que

cerceamento de liberdade, servidão por dívida, condições degradantes e jornada exaustiva são trabalho escravo, estamos na verdade defendendo um núcleo muito claro, muito objetivo e muito defensável do que seja essa forma de exploração. Se fôssemos fazer um plebiscito para determinar o que é trabalho escravo, nós teríamos, segundo essa pesquisa, coisas como pagar muitos impostos; não pagar horas extras; teríamos qualquer trabalho em carvoaria ou qualquer trabalho na agricultura - muita gente colocou que qualquer trabalho na agricultura era degradante.

Então, o que acontece? Isso é muito interessante e, na verdade, a conclusão a que se chega é que a Bancada Ruralista deveria apoiar o conceito de trabalho escravo, porque, se fosse deixar pelo conceito geral e amplo que a população tem do trabalho escravo, a situação seria muito pior e o perdimento de terras ou de imóveis seria muito mais amplo.

Com base nessa pesquisa, que está à disposição no *site* Repórter Brasil - eu não vou me estender - foi elaborada essa campanha que conta com a agência Ideal, uma mega-agência de publicidade que entrou de forma *pro bono*, desenvolvendo essa campanha cujo objetivo é aproximar o cidadão comum da questão do trabalho escravo. É muito difícil, às vezes, mostrando um trabalhador explorado a milhares de quilômetros de distância, você sentir empatia por aquela pessoa que está muito distante da sua realidade. No entanto, quando você aproxima aquela realidade das pessoas mostrando as relações econômicas diretamente relacionadas com o trabalho escravo... E vamos lembrar que todos aqui compram diariamente produtos de cadeias produtivas contaminadas com trabalho escravo, não é? Nós estamos mostrando isso já faz 12 anos para a sociedade brasileira. Então, o que acontece? Se você traz para perto, se você promove essa empatia, se você faz com que as pessoas se sintam próximas do problema, elas vão se sentir mais responsáveis.

E isso acontece, seja mostrando como as pessoas consomem diariamente produtos do trabalho escravo, seja, no caso da campanha, fazendo com que cada pessoa reflita sobre o seu pior dia de trabalho. Nesse sentido, vejamos o seguinte: nem o nosso pior dia de trabalho se equipara ao melhor dia de trabalho de um trabalhador escravizado. Nem o nosso pior dia de trabalho, aquele sobre o qual você fala "Cansei de tudo e de todos!", se equipara ao melhor dia de trabalho de uma pessoa que está sob condições degradantes, jornada exaustiva, servidão por dívida ou trabalho forçado.

Então, é a partir desse processo, a partir dessa conexão, que queremos incentivar que formadores de opinião e a população brasileira em geral reflitam sobre essas condições, e reflitam se querem que o Congresso Brasileiro vote por esse retrocesso, tornando ainda mais distante esta relação - entre o meu pior dia de trabalho e o melhor dia de trabalho de um escravo. Para isso, pedimos para todo mundo aqui visitar o *site* da campanha e contribuir. Muitos vídeos de facilitadores vão percorrer a internet, de formadores de opinião - o do Wagner Moura é um, mas serão divulgados mais de cem vídeos. E também convidamos todo o mundo a gravar o seu pior dia de trabalho e veiculá-lo nas redes sociais. Dessa forma, eu acredito que, juntos, podemos acabar de vez com essa vergonha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem! Muito bem mesmo, Sr. Leonardo Moretti Sakamoto, Conselheiro do Fundo das Nações Unidas para as Formas Contemporâneas de Escravidão. (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Já é a segunda ou a terceira vez que ele vem ao Congresso a convite nosso para dar depoimentos brilhantes como o que deu aqui neste momento.

Muito obrigado. Pode saber que o povo brasileiro e a humanidade agradecem, porque o combate ao trabalho escravo, como você sempre diz, não tem fronteira.

De imediato, vamos ouvir o Padre Ricardo Rezende, membro fundador do Movimento Humanos Direitos.

O SR. PE. RICARDO REZENDE - Obrigado, Senador.

Eu ouvi há pouco o Kailash falando, e ele revelava que há 36 anos trabalha nesse tema. Nós temos um tempo parecido: eu tenho 39 anos, 20 anos no sul do Pará e 19 anos na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu trabalhei como militante e, hoje, também, como acadêmico: eu coordeno o grupo de pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo na Universidade Federal do Rio de Janeiro e sou membro fundador do Movimento Humanos Direitos. Então, se existe um pé na universidade, também existe um pé na intervenção social tentando ajudar, tentando contribuir para erradicarmos esse trágico crime.

Eu me lembro que, em 1986, a convite do Senador Buarque, que era Reitor da Universidade de Brasília, nós apresentamos Igreja dos Oprimidos, e uma das questões que tínhamos no filme era também o trabalho escravo.

De 1980 a 1996, quando saí do Pará, nós tínhamos uma relação de 95 trabalhadores assassinados ao tentar escapar das fazendas. Eu poderia ficar aqui alguns dias relatando histórias de pessoas que nos buscaram quando tentaram escapar do

trabalho escravo, histórias que as pessoas tinham vivido ou sobre as quais tinham conhecimento. Muitos foram os mortos e, além dos mortos, foram muitas as torturas.

O que eu diria é que nós tivemos uma mudança substancial. Podemos colocar 1995 como marco referencial da conversa. Até esse ano, a prática corriqueira da escravidão no Brasil era acompanhada por violências físicas terríveis, muitas vezes acompanhadas também de assassinato. Às vezes a morte física era insuficiente para os que a praticavam, então também havia a morte moral, a morte dos valores mais profundos da pessoa. A dignidade da pessoa também era atingida profundamente na violência física, às vezes era acompanhada por violência, por exemplo, sexual. A partir de 1995 nós tivemos uma melhora substancial com a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, coordenado, na época, pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Mas isso não basta, ainda que tenhamos tido avanços enormes. Nós temos ainda violência física, mas deixou de ser regra e passou a ser exceção. Eu poderia lembrar, por exemplo, o caso do Gilberto Andrade, nos anos 2000, um trabalhador que fugiu. Eles capturaram o trabalhador e, com um ferro de marcar boi, marcaram seu rosto, seu peito e suas costas. Ou poderíamos lembrar o que houve no ano retrasado, no Rio de Janeiro, o caso do chinês Yan, que, quando foi resgatado em uma pastelaria, teve que ser levado diretamente a uma UTI hospitalar - havia apanhado muito, bateram muito nele, bateram no rosto, no corpo, apagaram cigarro no corpo desse rapaz, um menino de 22 anos. Mas isso agora é exceção, não é mais regra. Era regra, a violência física era regra, mas hoje é exceção, ocorre menos. Isso, em grande parte, eu diria, é em função do texto do art. 149, que sofreu uma interferência positiva em 2003.

Nós não podemos, agora, retroceder. Eu espero que esta Casa, que o Senado e que o Congresso estejam atentos. Os direitos humanos nunca podem retroceder. Os direitos humanos devem só avançar. Seria uma incoerência terrível. Nós avançamos tanto... São uma honra para esta Casa as mudanças legislativas, é uma honra para o Poder Executivo o que ele fez de positivo, e nós não podemos voltar atrás. Nós temos é que avançar. E avançar muito, porque há muitas questões ainda.

Ainda é insuficiente o número de fiscalizações, há necessidade de mudanças substanciais - por exemplo, na distribuição da renda, na reforma agrária. Há um conjunto de medidas que têm que ser tomadas, e eu fico realmente apreensivo, preocupado, quando ouço essa história do Projeto 432, por meio do qual se pensa em tirar a noção da dignidade humana da lei. Então, reduzir a restrição da liberdade é insuficiente. Atentar contra a dignidade humana é uma violação profunda aos direitos humanos, é como tornar a pessoa um objeto, uma coisa, é coisificar a pessoa. Isso contribui para o trabalho análogo ao de escravo. Nisso não podemos retroceder.

Eu espero, Senador, que, nesse trabalho no qual o senhor coordena os Parlamentares, nós só avancemos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Padre Ricardo, que é um dos fundadores do Movimento Humanos Direitos e tem feito um belíssimo trabalho no País.

Agora passo a palavra para o João Paulo, que falará representando a CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) e também a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil). Em seguida, falará a representante da CUT, Maria das Graças Costa. Começamos pelas centrais, depois vamos às entidades.

O SR. JOÃO PAULO - De novo, não é, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) - De novo.

O SR. JOÃO PAULO - Começando as batalhas.

Bom-dia - ainda não almoçamos!

Tentarei ser bastante breve. Acho que os companheiros que me antecederam, principalmente o companheiro Carlos, do Sinait, já vêm denunciando aqui e em outros lugares o quanto os trabalhadores que fiscalizam estão sofrendo no Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho, na verdade, embora agora... Eu até estava falando com o André, aqui, que eu achava que era da Previdência e do Trabalho, mas é do Trabalho e da Previdência. Tomara que nos restem os dois, porque, na verdade, o Ministério do Trabalho já estava fechado, já estava acabado.

O Carlos, aqui... A Rosa sempre denunciou, e nós, das centrais sindicais, sempre estamos na batalha para o fortalecimento e defesa do Ministério do Trabalho para que questões como a terceirização e o trabalho escravo não estejam mais na ordem do dia, para que se cumpra a lei. Ainda existe penalidade, como foi dito aqui pelos companheiros, o Ministro do Conselho Nacional. Nós temos lei, nós somos exemplo.

Infelizmente - e aí acho que pecamos nas nossas audiências, Paim - nós deixamos de denunciar quem defende isso. Estou aqui, os companheiros da Nova Central também estão aqui, Cíntia está aqui, que é da nossa CSPB, da Nova Central, a

Graça e todas as outras centrais. Nós podemos começar a fazer uma campanha e bancar isso aí para denunciar os Senadores e Deputados que defendem isso.

Ficar falando aqui e colocar um monte de pessoas que são contra é fácil - está aqui, nós fizemos, apresentamos. Acho que não temos de botar mais elementos para dizer o quanto somos contra - só autoridades máximas. Se não convenceu, temos de ir para o enfrentamento, e o enfrentamento é fazer a denúncia: colocar nas redes de comunicação, denunciar Senadores e Deputados que são favoráveis a isso e elogiar os que são contra. Precisamos também garantir que os companheiros continuem no Parlamento defendendo a vontade da sociedade, a vontade dos trabalhadores, para que nosso País não tenha mais esse retrocesso. É isso, acho que é muito simples fazer isso.

Ressalto a presença do Kailash e da Sumedha, que são um exemplo mundial. O depoimento que foi colocado aqui foi um exemplo. Sou muito sensível, chorei - e choro todas as vezes. Choro porque ainda existe no mundo... Diante do problema dos refugiados, do que está acontecendo, das calamidades no mundo, temos de estar sensíveis! Temos de rogar pela paz, e rogar pela paz é defender, também, o posicionamento contra o 432.

Senador, não quero me estender. Em nome da CTB e da CSPB - na verdade estamos sendo muito rápidos, temos outras tarefas - quero parabenizar o senhor, dizer que a CSPB, novamente, estará na caminhada contra a terceirização. Acho que Magda já falou: a CSPB vai estar caminhando, as centrais estarão junto, e nós vamos conseguir barrar não só isso, mas a terceirização e o trabalho escravo.

Vamos colocar a dignidade e o respeito novamente no nosso País. Estamos na luta e é no *front* que vamos combater e tirar os inimigos que estão aqui, também, escondidos. Eles não passarão essas nefastas propostas aqui neste Senado e no Congresso Nacional.

Obrigado, gente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, João Paulo, líder da CSPB, da CTB.

Tenho certeza de que ele e a Maria das Graças Costa, que vai falar em seguida pela CUT, falam em nome de todas as centrais e de todas as confederações - nem todos podem falar em todas as audiências públicas, é humanamente impossível. Passo a palavra agora à Maria das Graças Costa, da executiva da CUT nacional.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA - Bom-dia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Bom-dia.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA - Bom-dia a todos os presentes, a todos os presentes.

Para mim é uma honra poder representar a Central Única dos Trabalhadores, em especial nesta audiência que conta com a presença de uma pessoa que tem uma história tão humana e que emociona a gente. Temos exemplos muito importantes aqui no Brasil, mas temos a história de um Nobel da Paz na nossa Mesa. Isso para nós é muito importante, significa que a luta que estamos fazendo, que travamos ao longo desses mais de trinta anos que fundamos a Central Única dos Trabalhadores, tem um significado, um objetivo, algo que outras pessoas, muitas pessoas no mundo também fazem, assim como aqui, no Brasil, temos muitos companheiros e muitas companheiras de luta.

Sou Secretária de Relações do Trabalho da CUT. Há três anos, entrei na direção da CUT, na CUT nacional. Nesses três anos, estamos acompanhando como se dão as relações de trabalho no Brasil, em todas as suas áreas. E, às vezes, ficamos extremamente surpresos com o que encontramos nessa relação com o capital, nessa relação com os empresários, nessa relação com os fazendeiros, nessa relação com aquelas pessoas que se apresentam para a sociedade como sendo extremamente modernas, mas que têm práticas extremamente retrógradas.

E quero destacar, neste momento, que o que estamos vivendo hoje não é coincidência, não é por acaso. Nós avançamos bastante e poderíamos passar aqui dias, listando o que, por exemplo, nesses últimos 13 anos conseguimos conquistar, que foi mais do que os 500 em que a burguesia ficou no poder.

Nós temos o exemplo da Bolsa Família, que não bota dinheiro só na mão daquelas pessoas que não tinham o que comer duas vezes por dia, mas põe uma obrigação para as crianças irem para a escola. Isso representa um salto de qualidade ao lado de outras políticas que foram implementadas. Por isso, os burgueses, as pessoas que não defendem um projeto popular, brigam tanto contra nós, brigam tanto contra os pobres, principalmente os do Nordeste.

Sou cearense, de uma família pobre, minha mãe teve 17 filhos, passou muita fome. A minha mãe e o meu pai defendem esse projeto. Eles sabem o que isso significa para a sociedade brasileira.

Avançamos bastante. Nós fizemos, há três anos, uma conferência do trabalho decente aqui. Não vamos discutir trabalho escravo, queremos discutir trabalho decente. Essa é a pauta principal nossa, do movimento sindical.

Foi a primeira do mundo. Ninguém fez, em canto nenhum. Nenhum país fez uma conferência do trabalho decente. Os empresários se retiraram no último dia, não aprovaram as propostas, porque tínhamos avançado em muitas questões.

Houve um investimento muito alto na política partidária. E aí foi eleito aqui - não é coincidência, foi um investimento muito alto... E este Parlamento se transformou num Parlamento mais atrasado do que o de 64, na era da ditadura militar neste País.

Não é a toa, pessoal, é uma reação. E, graças ao movimento que estamos fazendo nas ruas e ao movimento de Parlamentares que têm compromisso com a classe trabalhadora, com o Brasil, com o desenvolvimento do Brasil, estamos num processo de resistência. O que fizemos em 2015... O que fizemos em 10 anos fizemos tudo em 2015, num ano só. O tanto de mobilizações que fizemos, o tanto de vezes em que corremos para cá...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA - Foram muitas as audiências públicas que tivemos de fazer para poder barrar, para convencer.

Mas está faltando aquilo que o JP disse: vamos botar o cartaz dos Parlamentares que são contra o trabalho decente aqui, que são a favor do PL 432, que são a favor do PLS 30, da terceirização, que são a favor de que nossos meninos e meninas não fiquem na escola, mas que venham trabalhar, pois querem diminuir a idade do trabalho e também a idade penal.

Acho que temos de continuar com esse movimento, Paim. Tenho muito orgulho e quero parabenizá-lo, porque você me ouviu - ou nos ouviu. Você continua no mesmo Partido que eu. Isso é muito importante para nós, eu amei essa decisão. *(Palmas.)*

Eu disse para ele, em audiência pública eu disse para ele que estávamos também fazendo campanha para ele permanecer. E ele permaneceu.

Então, precisamos esclarecer a população.

Lá em Quixadá, cidade onde sou servidora pública municipal, vi que as pessoas votaram em Parlamentares que chegaram, no dia da eleição, de alguma forma... Mas elas não sabem que aqui eles estão votando contra. As minhas amigas, os meus colegas de trabalho cometeram esse erro. Nós precisamos, então, voltar e dizer: "Olha, você votou nele, mas ele está tirando os seus direitos; não vote nele de novo".

Este é um ano de eleição municipal, é um ano para eleger prefeitos e vereadores das cidades. Este ano é decisivo para nós também. Assim como a direita se reorganizou, a esquerda deve se reorganizar e começar, nesse pleito, dando a resposta, porque o que eles querem não é só um trabalho degradante, eles querem mesmo é voltar para a era da escravidão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Maria das Graças Costa, da CUT.

Repito aqui para todos que essa posição é unânime: de todas as centrais, de todas as confederações, de todo o movimento sindical brasileiro.

Pessoal, nós estamos com um pequeno problema que eu vou aqui dividir com vocês. O nosso querido convidado que é Prêmio Nobel da Paz tem um almoço agora com juízes que estão em plena atividade e é fundamental para nós que ele esteja também lá defendendo o ponto de vista dele - tudo o que ele defender nós assinamos embaixo, é tranquilo.

Ele cumpriu a sua missão aqui e nos deu um enorme incentivo. Agora ele vai para outra missão na mesma linha da defesa dos direitos humanos, como ele fala, no Brasil e no mundo, mas eu queria que ele fizesse uma saudação final.

Nós vamos continuar com a audiência pública. Todos vão falar. Isso é apenas uma etapa. A TV Senado continuará, ao vivo, para todo o Brasil. Eu quero muito que todos os convidados fiquem aqui para que continuemos o debate no alto nível em que está, inclusive para o encaminhamento final. Vamos ouvir a situação no Maranhão. O senhor vai falar também, porque tem uma experiência interessante de lá para mostrar. Nós fazemos questão de ouvir. Depois vamos para os encaminhamentos.

Eu quero também registrar a presença da Senadora Regina Sousa, uma grande militante dos direitos humanos que está aqui neste momento para ouvir a sua saudação.

Em seguida, ele terá que se retirar, mas o debate continua com os nossos painelistas. Por favor, Prêmio Nobel da Paz Kailash Satvarthi.

O SR. KAILASH SATVARTHI *(Tradução simultânea.)* - Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Ouvir vocês me dá muita força e esperança. Por muitos anos eu tenho dito, Senador Paulo, que tenho segurança de que vou conseguir ver o final da escravidão ainda dentro do meu período de vida, não apenas na Índia e no Brasil, mas no mundo inteiro. E vocês me fizeram acreditar. *(Palmas.)*

Eu apoio a causa de vocês não como alguém de fora. Muitas pessoas no mundo acham realmente e percebem que o Brasil é um segundo lar para mim. Eu faço aqui, no Brasil, as mesmas coisas. Eu trabalho aqui da mesma forma que o faço no meu país.

O Prêmio Nobel foi uma surpresa para mim, uma pessoa comum, um cidadão comum. Eu percebi que esse foi o primeiro reconhecimento para todos os cidadãos comuns e para todos aqueles que lutam contra a escravidão, contra o trabalho infantil no mundo, não apenas para mim. Com todos aqueles que lutam contra a escravidão humana eu compartilho o crédito do prêmio que recebi. (*Palmas.*)

Eu apenas gostaria de dizer que a história da humanidade é uma combinação de desespero e esperança, de violência e paz, de escuridão e luz, de escravidão e liberdade. Mas, em algum momento, no fim das contas, a esperança vence, a paz vence, a verdade vence, e a liberdade vence. Hoje, nós pedimos que vocês se unam à verdade, à esperança e à liberdade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Infelizmente ele terá que se retirar, mas nós temos que continuar. Convido o Senador Cristovam a acompanhá-lo.

Se for possível, Senador Cristovam, o senhor o acompanhe e, se puder voltar, é claro, será bem-vindo - fazendo a gentileza para que possamos continuar com o nosso debate. Sei que será o momento de algumas fotos, mas isso é natural.

Muito obrigado.

Vamos, de imediato, passar a palavra para o Sr. André Roston, chefe da Divisão de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e da Previdência.

O SR. ANDRÉ ROSTON - Boa-tarde a todos.

Agradeço ao Senador Paim.

Chefo a Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo, sou Auditor Fiscal do Trabalho e, além de chefe da Divisão, durante quatro anos e meio eu participei dos grupos móveis de combate ao trabalho escravo.

Como muita coisa já foi dita, e muito bem dita aqui, eu queria jogar uma luz nessa experiência mais próxima que eu conheço do que é o trabalho escravo, do que são as condições degradantes, para testemunhar um pouco o que são, de fato, essas graves violações de direitos humanos de que estamos falando, o que passam, o que sofrem os trabalhadores concretamente, o que encontramos em campo.

Destaquei apenas algumas situações aqui para ilustrar bem objetivamente para vocês. Dos milhares de trabalhadores com quem tive contato - e não estou destacando aqui nenhum ponto fora da curva - quando falamos de condições degradantes, são estas situações que vou destacar para vocês que aparecem usualmente.

Encontramos homens dormindo junto com os animais, em currais, em pocilgas.

Há trabalhadores que, mesmo depois de sofrerem graves acidentes, com membros decepados, mãos cortadas, pernas e pés cortados, são obrigados a tentar sarar, a tentar se regenerar dentro das fazendas, sem assistência médica. Encontrei uma vez um senhor de 65 anos que estava acamado - ele tinha se envenenado com agrotóxicos - há mais de um mês. Além de não ter tido socorro médico, ele também estava devendo para o empregador, a partir daquele momento em que ele não pôde mais trabalhar, porque a alimentação estava sendo descontada e os salários dele não estavam sendo garantidos.

Encontramos grupos de dezenas de homens comendo carne seca, farinha, espalhadas com as mãos em panos no chão, a céu aberto.

Encontramos mulheres, que muitas vezes cumprem o papel de cozinheiras nos interiores aí, dormindo - situações que já pegamos - com mais de 40 homens em barracos de lona no meio do mato. Encontramos mulheres que tinham que tomar banho em poças sujas, ali próximas, sempre com a roupa, para tentar preservar um mínimo de privacidade e intimidade. Era essa água também, dessas poças sujas e podres, que elas bebiam.

Essas mulheres, como os homens, também não tinham acesso a instalações sanitárias, então usavam o mato para fazer suas necessidades fisiológicas.

Eu vi outras dezenas de fontes de água podre a que os trabalhadores tinham acesso só depois que eram reviradas por porcos, ou situações em que morria o gado, morriam outros animais nessas fontes de água, e eram a única opção que os trabalhadores tinham para ter acesso à água e não morrer de sede.

Vivenciei situações de menores de idade, com 12, 14 anos, que, para conseguir comer mais do que arroz e farinha, tinham que caçar, dentro das fazendas, animais para conseguir complementar a alimentação deles.

Encontrei situações de homens espancados por descumprir regras simples, como, por exemplo, fazer um miojo fora do horário em que o gestor não tinha permitido. E com espancados eu digo espancados mesmo, de ficarem acamados depois. Mulheres e homens trabalhavam por longos períodos sem remuneração nenhuma, porque eles assumiam muito grande parte dos ônus do empreendimento; mulheres que criavam seus filhos dentro do ambiente de trabalho, expostos aos riscos de ambiente, de acidentes, muitas vezes de incêndios dentro de oficinas de costura; e mulheres estupraçadas dentro de oficinas de costura como forma de subjugação e de dominação ali daquele ambiente de trabalho.

Eu faço questão de citar pelo menos alguns pontos para ilustrar, porque é isto que estamos discutindo: se vamos passar a chamar de meras irregularidades trabalhistas. São todos esses pontos aqui que vamos deixar, se tivermos esse retrocesso legislativo, de qualificar como condições degradantes, condições análogas às de escravo e como condições de violações de direitos humanos intoleráveis pelo Estado brasileiro. Então, esse é o primeiro ponto que eu queria destacar e jogar um pouco de luz sobre a figura do trabalhador.

O segundo ponto, até aproveitando o gancho do que disse o Padre Ricardo Rezende, é dos efeitos de longo prazo da política pública. Pelo fato de a gente declarar que esse tipo de condição é intolerável e agir com muita rigidez, por exemplo, nos grupos móveis que resgatam esses trabalhadores e os afastam dessas situações e imprimem graves punições para os empregadores, é que a realidade tem mudado profundamente em Estados como Pará, Maranhão, Tocantins, onde a gente começou a executar aquela política pública. Eu cansei de encontrar trabalhadores, nas fiscalizações que fiz, que haviam sido resgatados em outras situações, nesse passado de 20 anos, e estavam com suas carteiras de trabalho assinadas, tinham seus registros de ponto, tinham suas condições de saúde e segurança asseguradas, tinham seu trabalho e salário em dia. Então, eu vi no olho daqueles trabalhadores e nas condições que eu enxergava ali uma mudança impressa pelo sucesso da política pública e da rigidez, mas pelo sucesso do enquadramento que a gente consegue do que é o trabalho análogo ao de escravo com o conceito que a gente tem hoje. Isso permitiu transformar a realidade não só dos trabalhadores que a gente resgatou, mas dos patamares de contratação e de meio ambiente de trabalho de toda uma coletividade de trabalhadores que sofreu os efeitos indiretos também da política repressiva.

E é disso que estaremos abrindo mão se abrirmos mão, também, do conceito que já trabalhamos e que já foi exposto tantas vezes aqui por outros participantes.

Era isso que eu queria ressaltar para os senhores. Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, muito bem!

Esse foi o André Roston, Chefe da Divisão de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Agora, passo a palavra ao Carlos Eduardo Chaves Silva, que fala em nome da Contag.

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA - Boa tarde, Senador Paulo Paim; boa tarde, demais participantes desta Mesa; boa tarde ao Kailash também, que não está mais aqui, mas que foi cumprir sua missão em outro espaço.

Eu queria pedir licença a todos os senhores e senhoras para dar os meus cumprimentos a uma pessoa que está aqui no plenário e que é a prova de que podemos vencer o trabalho escravo não só com repressão, mas também com política pública que garanta a ele elevar a sua condição socioeconômica. Então, o meu cumprimento especial no dia de hoje é para o Francisco Oliveira. Queria que ele se levantasse. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Aí, Francisco!

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA - O Francisco é um trabalhador que foi resgatado e está aqui representando trabalhadores que estão assentados no Piauí, migrantes e resgatados de trabalho escravo. Então, eu acho que ele é a melhor representação que temos aqui da luta que travamos todos os dias.

Então, essa é a minha saudação especial no dia de hoje.

Eu fui contemplado com a fala de muitas pessoas aqui, muitas autoridades, mas eu queria destacar, Senador Paulo Paim, a importância desta reunião antes da abertura dos trabalhos legislativos, como o Dr. Hugo falou. Este ano é um ano que promete. Sabemos que essa bancada conservadora teve algumas derrotas no final do ano, mas a preocupação se eleva ainda mais, porque é justamente nesses momentos que eles se reorganizam para tentar passar por cima dos direitos dos trabalhadores.

Então, não só o trabalho escravo, mas a terceirização, outros projetos que tentam...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA - ... flexibilizar o direito dos rurais. E aí eu queria destacar um projeto que lamentavelmente é de autoria do Senador que é o Relator dessa proposta de regulamentação, o Senador José Medeiros, que é um projeto que tenta obter autorização através de acordo e convenção coletiva, ou seja, o famoso negociado sobre o legislado, para que a jornada do rural possa se estender por até quatro horas extraordinárias por dia, a depender de situações emergenciais, como a safra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) - Se me permite um aparte, na linha de ajudar aqui, como o Senador José Medeiros é membro desta Comissão e ele tem sido um parceiro nosso aqui, eu vou tomar a liberdade, se você permitir, de marcar uma reunião da Contag com ele, e eu participo junto. Tenho quase certeza de que ele reverte essa posição, porque tem demonstrado aqui, no dia a dia, que ele ouve muito o movimento social e as entidades.

Estou fazendo esse depoimento sem falar com ele, mas acredito que a gente vai conseguir reverter. É uma boa notícia. Vamos conversar junto com ele.

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA - É uma boa notícia. Em nome da Contag, a gente já agradece, porque esse é um projeto que nos preocupa bastante, porque o embrião dele está numa medida provisória que foi aprovada, e uma emenda, a famosa emenda jabuti, já estendeu para quem opera máquina e trator. Então, é esse alerta, essa luz que está acesa de alerta para nós que lidamos com direitos humanos, para nós que lidamos com a defesa dos trabalhadores.

E a gente precisa se preparar para um ano de 2016 muito complicado. A Contag tem ciência disso, porque as iniciativas vão todas no sentido de melhorar a produtividade do País, e a gente sabe onde é que essa produtividade vai ser melhorada, apesar de, no campo, e os estudos demonstram isso, o custo menor que se tem é com a mão de obra; gasta-se mais com defensivo agrícola e com máquina do que com mão de obra. Então, a gente está com a luz acesa.

E gostaria de dizer que esse retrocesso tem um risco incalculável. A gente fala muito de 50 mil trabalhadores resgatados, mas a gente precisa entender que esse número poderia ser bem maior, primeiro, porque a informalidade é muito alta, e eu vou falar do campo, e quem está em situação de informalidade está invisível para o Estado; segundo, porque as condições de fiscalização nos últimos anos pioraram bastante. O Sinaif não falou, mas a gente sabe a situação da fiscalização do País. E, terceiro, porque há uma dificuldade do próprio trabalhador de se reconhecer como escravo.

E nós da Contag tivemos uma experiência muito proveitosa nos seminários que fizemos com a OIT. Depois que a gente passava para os dirigentes sindicais e para algumas lideranças o conceito de trabalho escravo, muitos deles diziam: "Eu já fui escravizado!" Então, essas três barreiras impedem uma fiscalização mais eficaz, portanto, esse número é bem maior. A gente sabe que o prejuízo, o risco de prejuízo com um retrocesso como esse é incalculável.

E, para ser breve, por conta do adiantado da hora, eu queria concluir a minha fala, reforçando um pouco o que traz a campanha #somoslivres. Lendo um pouco do material de divulgação que foi utilizado no lançamento dela, no dia 28 de janeiro, um dia triste, o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, mas um dia que lembra a morte dos auditores fiscais em Unai, e a impunidade prevalece até hoje, encontrei algumas frases que eu queria utilizar aqui para encerrar.

A primeira é a da Dr^a Christiane Vieira, que, em um trechinho, fala: "Não é campanha contra o trabalho escravo, mas a favor da liberdade." E a última é do Kailash, que diz o seguinte:

Vivemos num mundo globalizado onde grandes marcas dependem da escravidão em sua cadeia de produção. O desenvolvimento sustentável e crescimento econômico não podem se basear na dignidade humana. A liberdade não é negociável: ela é dada a nós por Deus, pela Constituição, pelas leis. A busca pela liberdade é o que move a humanidade. Se há um elemento econômico que obriga a pessoa a trabalhar de forma forçada, isso é a negação da humanidade.

Então, encerro a minha fala dizendo que nós estaremos, todos os que estão aqui - eu tenho certeza - prontos para enfrentar essa guerra em 2016, que não vai ser só com trabalho escravo. Vai ser a luta pela liberdade e a luta pela humanidade. Então, parabenizo todos que estiveram aqui e quero registrar os parabéns à Contag, ao Ministério Público do Trabalho e à Conatrac pela campanha foi lançada no dia 28 de janeiro. E quero dizer que a gente vai estar junto, defendendo a liberdade de todos os trabalhadores e de todas as trabalhadoras e de todos os cidadãos brasileiros.

Muito obrigado, Senador, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Carlos Eduardo Chaves Silva, que falou pela Contag. E foi feliz aqui porque trouxe, para que não ficasse dúvida, a presença do jovem Francisco, que foi resgatado e que, no final, é um testemunho importante, que você faça um registro aqui com a gente, no encerramento.

Passamos a palavra agora para o Jorge Alberto Mendes Serejo, que representa aqui a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão.

Eu quero aqui cumprimentar o trabalho que vocês estão fazendo. Depois, vamos ouvir também o Secretário do Trabalho e Economia Solidária do Estado do Maranhão, que vai, na mesma linha, complementar a sua fala.

O SR. JORGE ALBERTO MENDES SEREJO - Bom, muito bom dia a todos, bom dia a todas. Em nome do Governo do Maranhão, da Secretaria de Direitos Humanos, eu parabeno o Senador Paulo pela iniciativa. Agradeço o convite. E começo com um texto que faz referência ao ano de 1988, no dia 13 de maio, quando se comemorava o centenário. E um poeta maranhense chamado Tadeu de Obatalá escreveu um texto que dizia:

*Treze de maio
A nação nagô
Não faz festa não
Não faz festa não
Em protesto ao dia que diz que o libertou
O marginalizou, jogou-o a outra escravidão
Eu não vou festejar redentora que a história diz por aí
Redentora pra mim foi Luiza Mahin,
Pedro Ivo, Negro Cosmo e o grande Zumbi
Recusa nação nagô falso herói que a história quer te dar
Te lembra de heróis que a corrente ou chibata tentaram sufocar. (Palmas.)*

Com base nessas palavras, nós colocamos a nossa posição em relação ao trabalho escravo, em relação ao que fizemos no ano de 2015. De uma forma ou de outra, mostra que, se os dados não são bons de trabalho escravo hoje no Maranhão e no Brasil, a conjuntura política, hoje, do Maranhão permite ter otimismo em relação ao combate ao trabalho escravo, porque foram criadas ações estruturantes gerais e específicas que incidem transversalmente na política de enfrentamento ao trabalho escravo, que no Brasil é um exemplo, né?

Então, os dados que nós temos inicialmente são: Maranhão, entre 1995 e 2014, mais de 3.195 trabalhadores resgatados; em 2014, foram 73 libertações. As principais cidades são: Açailândia, Bom Jardim, Santa Luzia, Codó. Vocês veem que são cidades todas cruzadas, cortadas por rodovias federais.

Os fluxos migratórios de 2014 são essas principais cidades, com o destaque que foi colocado aqui em 2014 para a construção civil, foram 141 trabalhadores para o Rio de Janeiro. São dados oficiais de certidões liberatórias, que dizem respeito a migrações legais. Isso sem contar saídas clandestinas, que não são especificadas, que não são trazidas, né? Mas muitas das empresas que figuram nas certidões liberatórias já figuraram na lista suja. Isso é importante destacar.

Sobre 2015, Maranhão aparece aí com 107 trabalhadores resgatados. Em 15 estabelecimentos inspecionados, oito operações realizadas. Então, representando 11% do total do ano passado.

Bom, desse balanço, também chamou atenção que a maior operação de resgate de trabalhadores no Maranhão em 2015 - aliás, acho que na história - foi em Paço do Lumiar, na região metropolitana, na construção civil. Então, esse é um indicador também da mudança de foco que nós temos que ter também no Maranhão em relação ao trabalho escravo, não só no campo, mas também na construção civil.

Então, o Governo do Maranhão lançou algumas estratégias para superar os entraves relacionados às causas - impunidade, pobreza, concentração de renda -, enfrentamento ao trabalho escravo como premissa da definição das nossas políticas, com a garantia da participação democrática.

Algumas ações gerais. O carro-chefe é o Plano Mais IDH, que é um plano transversal de articulação institucional focado na melhoria das condições de vida das 30 cidades mais pobres do Maranhão, entre as quais em algumas já apareceram trabalhadores resgatados. São 23 projetos consolidados em várias áreas. Na primeira e na segunda etapa, foram mais de 38.000 atendimentos em 18 Municípios. O projeto Mais Trabalho, Mais Renda, sempre na perspectiva de geração de oportunidade, parceria com os bancos públicos, capitaneados pela Setres aqui, do nosso Secretário Amin.

Programa Maranhão Desenvolvido, Mais Justo e Mais Solidário, participação com o Governo Federal de quase R \$6 milhões, em 93 Municípios, com a agricultura familiar e economia solidária. O Programa Pró-Catador também, capitaneado pela Setres, quase R\$10 milhões, em parceria com o Governo Federal. O Programa Mais Produção, que

fortalece as cadeias produtivas no campo da agricultura familiar. Foram R\$16 milhões, que vão ser investidos em sete cadeias, para beneficiar mais de 2,3 mil agricultores.

O fortalecimento do Sine. Nós temos 15 agências no Maranhão, nove serão construídas em 2016, sendo que esse serviço foi expandido para postos na Defensoria Pública, para atender pessoas com deficiência e idosos, no Tribunal de Justiça, para litigantes sem ações de pensão alimentícia, e na administração penitenciária, para egresso do sistema carcerário. Então, essa é a radiografia do Sine em 2016.

E há algumas ações específicas também no enfrentamento do trabalho escravo. A primeira delas é a articulação operacional da Comissão de Enfrentamento do Trabalho Escravo. Isso foi fundamental para retomar as pautas de articulação nacional que tivemos (PLS 432, lista suja, 4.330), manifestações públicas em relação aos temas que estão sendo discutidos).

Projeto para a criação de um fundo estadual para a erradicação do trabalho escravo - foi um texto elaborado pela própria Coetrae do Maranhão, que se fortaleceu em 2015 -, que visa angariar, captar recursos para aplicar nas ações de combate do trabalho escravo no Maranhão. Estamos monitorando também o nosso plano estadual com foco na repactuação e na reorganização do enfrentamento do trabalho escravo no Maranhão.

O projeto Escravo, nem Pensar!, em parceria com a Repórter Brasil, que visa inserir nos currículos da rede estadual de ensino, em sete unidades de educação, 76 Municípios, 378 escolas, 10 mil professores, 190 mil alunos, o tema transversal do trabalho escravo.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE ALBERTO MENDES SEREJO - São R\$298 mil investidos nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Tem mais um minuto.

O SR. JORGE ALBERTO MENDES SEREJO - Aprovada a lei que cassa o registro do ICMS de empresas que utilizam mão de obra em condições análogas à de escravo, em 2015 também.

O projeto Caravana da Liberdade, que visa agregar ações de prevenção, repressão e inserção no projeto do trabalho escravo. Estão aí os números do projeto Caravana da Liberdade, que, neste ano, foi em Codó e Peritoró e, em 2016, em Açailândia.

O decreto que cria o Núcleo Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; uma lei estadual que cria uma comissão de mediação de conflitos agrários, que tem, inclusive, atuado bastante em conflitos no Maranhão, porque compreendemos também que boa parte das pressões que os trabalhadores sofrem no campo e na cidade resulta em trabalho escravo e tráfico de pessoas, e o fortalecimento dos programas de proteção, como a garantia da manutenção do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, e a criação do programa Defensores, lançado o edital agora para os próximos cinco anos, orçamento de R\$3,9 milhões.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE ALBERTO MENDES SEREJO - Apoio a entidades como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos e apoio a projetos internacionais, como o projeto que vai ser desenvolvido agora, uma pesquisa que vai ser aplicada para entender a dinâmica do trabalho escravo no Maranhão, em parceria com a OIT.

E, por fim, Senador, me permita dizer que o Maranhão e a Coetrae reconhecem que o Brasil avançou nos últimos 20 anos, com a combinação de políticas estruturantes, com a criação dos grupos móveis, com o fortalecimento dos órgãos de fiscalização, com a lista suja, com a Emenda 81, com o art. 149, com as COETRAEs, com a Conatrae. Por isso, nós entendemos que não podemos dar nenhum passo atrás e pugnamos pela integral manutenção do conceito legal de redução à condição análoga de escravo, do 149, pela cessação das iniciativas legislativas que visam restringir essa noção, que já está sedimentada, inclusive, na jurisprudência, pela ratificação do protocolo adicional à Convenção 29, pelo restabelecimento da lista suja e pelo fortalecimento dos órgãos, dos agentes e do sistema de repressão ao trabalho escravo, com a aprovação dos projetos de lei que estão em curso no Congresso para a criação de cargos e varas de trabalho no Maranhão. Nenhum passo atrás. Somos livres.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem. Foi bem objetivo, mostrou o trabalho e encaminhamentos.

Então, concluindo, o último painelista só vai complementar o que foi falado pelo nosso Jorge Alberto. Vai falar o Julião Amin, Secretário do Trabalho do Estado do Maranhão. O próprio Governador queria vir, mas, como não pôde, mandou dois.

O SR. JULIÃO AMIN - Bom dia a todas e a todos. Nós queremos aqui, inicialmente, parabenizar o Senador Paim por esta iniciativa louvável, que o Brasil inteiro reconhece. E o Governador do Maranhão mandou um abraço muito especial,

lamentando não estar presente, porque tinha um compromisso hoje na abertura dos trabalhos legislativos do Maranhão. Ele já tinha um compromisso, mas, como o senhor disse, mandou dois técnicos para cá.

Quero cumprimentar toda a Mesa, as autoridades presentes, o trabalhador resgatado, que nos honra aqui com a sua presença. É muito simbólico o que aqui representa.

Também quero dizer que o Maranhão abraça, com muito amor e muito calor, o nosso Prêmio Nobel da Paz, que não está aqui. Que receba um abraço do povo do Maranhão.

Vou ser breve.

Quero dizer que o Governo do Estado do Maranhão, o atual governo reconhece toda a situação de trabalho degradante que ainda existe no Estado, até pela forma histórica como foi colonizado o Maranhão, um Estado escravocrata, que passou muito tempo sob uma oligarquia que não deu uma atenção devida ao combate à forma degradante como vive o trabalhador.

O Governador atual, o Flávio Dino, está investindo naquilo que ele sabe que é fundamental para conscientizar o povo, que é a educação. O Governo do Maranhão investiu, no ano passado, R\$500 milhões em educação, criando 25 IEMAs - IEMA é uma escola técnica, como o IFMA -, em 25 regiões do Maranhão, para atender justamente o setor primário do nosso Estado.

O Governador do Maranhão também saiu do último lugar em transparência para o primeiro lugar agora, porque sabe que a corrupção maltrata e incentiva a exploração do cidadão. Ele sabe que, com transparência, você pode realmente fazer um trabalho digno para as pessoas.

Também investiu na geração de trabalho e renda, criando programas novos de trabalho e renda. Fortaleceu a economia solidária, os pequenos grupos de empreendimentos e também cooperativados e associativos. É o que ele tem feito no Maranhão.

Por último, o Governador, Senador Paim, criou a Secretaria de Agricultura Familiar. Para a maioria da nossa população, que vive ainda na zona rural, o Governador criou essa secretaria e deu todas as condições para que ela possa desenvolver o seu trabalho, motivando o trabalhador a se fixar na sua localidade, criando escolas, tendo acesso à tecnologia. Contratou mais de cem técnicos agrícolas, colocando nesses povoados, principalmente nos Municípios de baixo IDH, nos 30 Municípios de que o Jorge falou aqui. Com isso, procura eliminar, de vez, o trabalho degradante no nosso Estado.

Por último, quero dizer que o Governador do Maranhão ratifica toda a sua posição de quando esteve aqui no Congresso Nacional, como Deputado, na sua luta pelo fim do trabalho escravo e degradante no Maranhão e no Brasil.

Então, muito obrigado por essa oportunidade, por sua complacência ao deixar dois maranhenses falarem aqui, numa audiência tão importante para o Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Esse foi o Julião Amin, Secretário do Trabalho do Estado do Maranhão, que falou, juntamente com o seu colega, em nome do Governador Flávio Dino.

Eu estive lá no Maranhão e percebi, naquela audiência pública que realizamos lá sobre terceirização, que, de fato, ele está fazendo um esforço supremo. Trabalho escravo no Maranhão e no Brasil não! Essa é a palavra de ordem.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - É com satisfação que eu quero ouvir ainda a nossa querida Senadora Regina Sousa, uma militante dos direitos humanos - pode haver igual, mas não melhor. Eu quero ser igual a ela.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) - Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador Paim, Presidente. Nós estamos nos vendo neste ano novo, então ainda vale o tradicional Feliz Ano-Novo.

Estou feliz de V. Exª ter tomado a decisão de ficar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Recebi a sua mensagem lá.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) - Mandei mensagem, fiz questão de ligar a V. Exª.

Nós terminamos o ano com essa pauta, lembra-se? Com Wagner Moura, que esteve aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Isso.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) - Foi lá para tentar tirar da pauta.

E agora nós começamos o ano com essa pauta, prova de que a situação para os trabalhadores, para a população, em geral, mais pobre continua sendo atacada em todos os direitos.

Eu acho que nós precisamos ver, porque só tem pauta negativa. É impressionante, só retrocesso! Quer dizer, conquistamos, brigamos tanto para conquistar algumas coisas, e agora alguns Parlamentares vão enxertando. Quer dizer, se você pegar esse projeto de lei, o *caput* dele não diz nada sobre isso, não é? Mas, quer dizer, a verdadeira intenção estava lá embaixo e, se a gente não lê com atenção, até acha que aquilo que eles botaram lá no começo é bom: confiscar os bens... Agora, a verdadeira intenção estava escondida aí nessas duas questões que estão tentando retirar em relação à caracterização do trabalho escravo.

Então, eu acho que esta Comissão, neste ano, precisa ter um trabalho fundamental de restaurar os nossos direitos, é a luta pela restauração dos direitos. Porque há também o ataque à liberdade sindical, estão querendo impor o tamanho da direção do sindicato, estão interferindo naquilo que chamamos de liberdade sindical. Acho que vamos ter uma pauta bem intensa, bem debatida e bem frequentada nesta Comissão, porque nós vamos ter muito assunto este ano. Se não quisermos ver nossos direitos tripudiados, retirados, vamos precisar fazer uma pauta bem intensa aqui nesta Comissão. Eu sei que o senhor faz isso. Temos audiência pública quase todo dia. Eu não consigo participar de todas as comissões... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Você tem marcado presença praticamente em todas.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) - ... mas tenho tentado aqui, porque temos a questão da violência contra a mulher que está aí cada dia mais presente. Então, com certeza, teremos muitos trabalhos. E o pessoal aqui dos sindicatos é o apoio que temos para podermos pautar esse debate.

Felizmente, a Comissão de Direitos Humanos tem a prioridade aqui na questão da TV Senado, então, esse debate vai para o Brasil, as pessoas vão vendo, para ganharmos aliados, porque nós temos realmente só pauta negativa para os trabalhadores nesse momento e outras que se prenciam aí e eu espero que não venham.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Rapidamente, muitos têm problema de voo, inclusive. Primeiro, quero dizer que, mais uma vez, eu fiquei muito feliz porque, a partir do momento que se fez o chamamento para fazermos a reunião hoje com a presença do Prêmio Nobel da Paz, alguns diziam: "Olha, o pessoal não vai. Início de trabalho. Nessa semana não tem nada, é Carnaval ainda. É clima de pré-Carnaval." Eu disse: "Não, o pessoal vem." Casa lotada, como sempre. Um belíssimo debate. O nosso Prêmio Nobel da Paz, o Kailash, foi brilhante. Como todos que aqui falaram foram muito, muito bem.

Eu agradeço aqui, muito e de coração, ao Leonardo Moretti Sakamoto. Vejam bem, ele não ficou na primeira Mesa, ele não ficou do lado do Prêmio Nobel da Paz. E ficou quietinho ali. Isso é grandeza! É grandeza política porque, às vezes, em um evento como este, o pessoal fica brigando para ficar à mesa. Ele nem esquentou a cabeça. Ficou ali, entrou na segunda Mesa, deu o depoimento dele. Ele é uma liderança internacional nessa linha do combate ao trabalho escravo, junto com outros colegas. Então, eu queria dar uma salva de palmas para ele. *(Palmas.)*

Ele foi nosso convidado especial e ficou tranquilo, como todos ficaram tranquilos, mas a ele eu quis fazer essa referência, pelo trabalho e articulações que está fazendo.

Eu recebi aqui a notícia - não é aquilo que você falou não, viu? É algo que ele me falou que também é positivo, mas não é a hora ainda de nós falarmos - de que, mediante a audiência pública, mediante a repercussão da presença já aqui conosco - esteve conosco há pouco tempo o Prêmio Nobel da Paz, o Kailash -, o projeto teria já sido retirado de pauta. Então, já é uma notícia boa. *(Palmas.)*

A briga é para ele não voltar para a pauta agora. Então, não vai parar nada, vamos continuar igual, fazendo a mesma mobilização que fizemos até o momento.

Os encaminhamentos não serão diferentes daqueles da última audiência - como lembrou muito bem aqui a nossa querida Regina Sousa. Nós vamos continuar insistindo junto ao Presidente e ao Relator, naquela mesma linha. Se for preciso levar outro documento a partir dessa reunião: primeiro, que o projeto passe em todas as comissões; que a gente possa fazer debate nos Estados e que, se tivermos o entendimento, quem sabe um dia... Porque eu me lembro, Sakamoto, que, no projeto das empregadas domésticas, e foi o Romero que foi Relator, todo mundo dizia que não tinha chance nenhuma de chegar - e chegamos! - em um texto razoável que, hoje, a maioria das empregadas domésticas aplaude a atual legislação. Tem que se confiar no diálogo, no entendimento, na mobilização e na pressão.

Assim nós chegamos lá.

Então, o encaminhamento é esse.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Pois não. Aproveite.

Chame o Francisco para nós.

Francisco, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA *(Fora do microfone.)* - Eu queria fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - É claro que pode.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA *(Fora do microfone.)* - Qual é o número daquele projeto de lei a que você se referiu, do negociado sobre o legislado, que a gente precisa acompanhar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* - Projeto 627, de 2015 - PLS 627.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Vamos acompanhar passo a passo.

Neste momento, agradeço a todos. Vamos encerrar.

Os encaminhamentos são esses.

Lembro que, amanhã, haverá aqui, de novo, uma audiência pública sobre a questão dos peritos. Sabem qual é o problema dos peritos, não é? Os peritos não chegaram a um entendimento com o Governo. Sem o laudo do perito, o trabalhador não consegue voltar para a fábrica nem receber da Previdência, porque, na fábrica, não há laudo para voltar e a Previdência já deu alta para ele.

Então, esse é um debate que vamos continuar fazendo. A greve foi suspensa, mas há a chamada greve branca, porque eles continuam em protesto. Amanhã, realizaremos uma audiência aqui para tentar contribuir com um entendimento sobre esse tema que preocupa milhões de brasileiros.

E, na quinta-feira, haverá outra audiência pública, a partir das 9h da manhã, para discutir a ideia de uma reforma trabalhista - estamos sempre na linha da prevenção, a fim de sair antes que chegue o projeto - e também a ideia da reforma da Previdência. É claro que vai se aprofundar mais a reforma da Previdência, porque essa é a que estão anunciando que virá. E a reforma trabalhista... Eu me preocupei um pouco com a fala do Delfim - olhem bem, com a fala do Delfim -, porque, quando o Delfim fala, infelizmente muito gente ouve. Ele diz que reforma trabalhista é fundamental, assim como a reforma previdenciária. São os dois pontos que ele mais abordou na sua entrevista.

Mas nós vamos encerrar não só com a fala de quem está presidindo, como também com uma pequena saudação do nosso convidado especial, cujo nome é Francisco. O Francisco foi vítima do trabalho escravo.

O SR. FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA *(Fora do microfone.)* - Boa tarde, pessoal.

Boa tarde para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Está valendo. Fale no microfone por causa da TV.

O SR. FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA - Boa tarde para todos.

Como eu sei que o tempo está bem pequeno - todo mundo está querendo sair -, não vai dar para falar com muito detalhe sobre essa experiência até chegar à situação atual.

Tudo se iniciou em 2004, quando alguns companheiros foram resgatados de uma situação bem pior do que a minha, no Estado do Pará, através da Polícia Federal e com o apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra), quando se iniciou toda essa luta.

Em 2007, eu tive uma experiência também negativa em São Paulo, em Miguelópolis, no corte de cana, junto com outros companheiros.

Portanto, dessa luta que já vinha acontecendo, com pequenas reuniões, oficinas, com seminários em relação aos direitos trabalhistas, orientando-nos como tudo acontecia, realmente conscientizando os trabalhadores, ocorreu todo esse grande acontecimento.

Nós nos reuníamos em Monsenhor Gil e também participávamos de seminário em Teresina, em alguns locais para os quais as pessoas nos convidavam a ir. A CPT e também o sindicato abriam esses locais para a gente participar.

Em 2007, no finalzinho, entrando em 2008, tivemos o resultado dessa grande luta, que foi uma conquista de um grande pedaço de terra no Piauí, próximo a Monsenhor Gil - a 20km de Monsenhor Gil. Foi uma luta conseguir essa terra.

Foram quatro anos de luta, desde que os primeiros companheiros iniciaram até completar o grupo com a gente. Fazíamos manifestações em Teresina, no Incra, até mesmo aqui em Brasília, quando a gente veio fazer caminhada na Esplanada dos Ministérios até conseguir esse pedaço de terra. Mas nós não paramos por aí, porque o nosso projeto de conquista...

A CPT já havia nos orientado, perguntado, no início, o porquê da nossa migração e o que teria que acontecer para que realmente não precisássemos mais estar nessa migração. Todos foram unânimes. A nossa área era a agricultura. Em Monsenhor Gil, nós trabalhávamos em pequenas propriedades de fazendeiros da região, sob situação, mesmo lá, muito precária. Nós dissemos que, se tivéssemos uma terra para trabalhar, talvez não precisássemos sair. Ali mesmo nós conseguiríamos nos sustentar e nos manter. Foi quando nos disseram: "Pessoal, através da conscientização vocês serão capazes; com luta, se vocês se organizarem - porque tem que ser organizado -, conseguirão não só terra, mas conseguirão o assentamento, um lugar onde possam construir casas e ter uma vida digna, com infraestrutura e políticas públicas. Se vocês estiverem dispostos a travar essa luta, nós estamos junto com vocês."

Foi quando nós enfrentamos, com toda essa manifestação, a luta por essa terra. Em 2008, continuamos a luta, bastante firme, e conseguimos a construção de casas para cada família no assentamento, são 39 famílias. Era uma área isolada. Conseguimos que construíssem uma estrada, através do Incra. Todos esses projetos foram feitos através do Incra, do Governo Federal. Construíram uma estrada muito boa para dar acesso à nossa comunidade, foi perfurado um poço tubular para abastecer de água todas as casas e levaram energia elétrica.

Outro detalhe: no início, tivemos problemas com invasores, que, quando souberam que a terra era do Incra, do Governo Federal - as pessoas pensam que tudo que é do Governo pode ser ocupado -, se apossaram de um pedaço. O Incra, a Justiça Federal iniciou o processo de retirada desses invasores, que durou praticamente seis anos, e somente no início de 2015, do ano passado, conseguiu retirar esses invasores, e pegamos de volta esse pedaço de terra para o assentamento.

Hoje, percebemos o tamanho da nossa luta em razão da grande quantidade de pessoas que souberam do seu resultado e que passaram a ir ao assentamento a fim de conhecer. Foi gente de fora do Brasil e de todos os Estados, muita gente, dos Estados Unidos, da Suíça e de vários países, conhecer essa luta, além de estudantes que foram realizar trabalhos de pesquisa. E, em 2014, finalzinho de 2014, nós fomos homenageados.

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA - Assim como o companheiro que está ali, fomos homenageados pela Presidência da República, na área de direitos humanos. Recebemos um prêmio também. A associação recebeu um prêmio de direitos humanos.

Foi isso. A luta é possível. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Esse depoimento é a demonstração da experiência de alguém que esteve sob o regime de escravidão, venceu, foi à luta e mostrou que é possível chegar lá. Hoje ele está aqui dando o depoimento de alguém que é vitorioso. E nós todos seremos vitoriosos se acabarmos com a escravidão no Brasil e, oxalá, no mundo.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)